



CADERNO DE ENCARGOS

- CLÁUSULAS GERAIS -

(PROCESSO: 14/2025)

Reabilitação da Escola Básica n.º 2 da Lousã

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

JUNHO 2025

ÍNDICE

CAPÍTULO I	5
DISPOSIÇÕES INICIAIS	5
CLÁUSULA 1.ª: OBJETO	5
CLÁUSULA 2.ª: DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A EMPREITADA	5
CLÁUSULA 3.ª: INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EMPREITADA	6
CLÁUSULA 4.ª: ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS	6
CLÁUSULA 5.ª: PROJETO	7
CAPÍTULO II	7
OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	7
SECÇÃO I.....	7
PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS.....	7
CLÁUSULA 6.ª: PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA	7
CLÁUSULA 7.ª: PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO	9
CLÁUSULA 8.ª: MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS	9
SECÇÃO II.....	10
PRAZOS DE EXECUÇÃO	10
CLÁUSULA 9.ª: PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA	10
CLÁUSULA 10.ª: CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS	10
CLÁUSULA 11.ª: MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS.....	11
CLÁUSULA 12.ª: ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS	11
SECÇÃO III.....	11
SISTEMAS DE GESTÃO (QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA)	11
CLÁUSULA 13ª: SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE	11
CLÁUSULA 14ª: SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	14
CLÁUSULA 15ª : SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA	24
SECÇÃO IV.....	29
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	29
CLÁUSULA 16.ª: CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	29
CLÁUSULA 17.ª: ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	29
CLÁUSULA 18.ª: MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES AO DONO DA OBRA	29
CLÁUSULA 19.ª: APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	30
CLÁUSULA 20.ª: RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO.....	30
CLÁUSULA 21.ª: EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	30

CLÁUSULA 22.ª: APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	30
CLÁUSULA 23.ª: SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	31
CLÁUSULA 24.ª: DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA	31
CLÁUSULA 25.ª: ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO E DE OUTROS DOCUMENTOS.....	31
CLÁUSULA 26.ª: ALTERAÇÕES AO PROJETO PROPOSTAS PELO EMPREITEIRO	31
CLÁUSULA 27.ª: MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS	32
CLÁUSULA 28.ª: ENSAIOS.....	32
CLÁUSULA 29.ª: MEDIÇÕES	32
CLÁUSULA 30.ª: PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS	33
CLÁUSULA 31.ª: EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA OBRA	33
PESSOAL	34
CLÁUSULA 32.ª: OBRIGAÇÕES GERAIS	34
CLÁUSULA 33.ª: HORÁRIO DE TRABALHO	34
CLÁUSULA 34.ª: SISTEMA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	34
CAPÍTULO III.....	35
OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA.....	35
CLÁUSULA 35.ª: PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	35
CLÁUSULA 36.ª: MORA NO PAGAMENTO	36
CLÁUSULA 37.ª: REVISÃO DE PREÇOS.....	36
SECÇÃO V.....	36
SEGUROS	36
CLÁUSULA 38.ª: CONTRATOS DE SEGURO	36
CLÁUSULA 39.ª: OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO	36
CAPÍTULO IV	38
REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	38
CLÁUSULA 40.ª: REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO	38
CLÁUSULA 41.ª: REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA	39
CLÁUSULA 42.ª: LIVRO DE REGISTO DA OBRA	39
CAPÍTULO V	40
RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA.....	40
CLÁUSULA 43.ª: RECEÇÃO PROVISÓRIA	40
CLÁUSULA 44.ª: PRAZO DE GARANTIA	40
CLÁUSULA 45.ª: RECEÇÃO DEFINITIVA.....	40
CLÁUSULA 46.ª: RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO	41
CAPÍTULO VI	41

DISPOSIÇÕES FINAIS	41
CLÁUSULA 47.ª: DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA, SIGILO E INFORMAÇÃO	41
CLÁUSULA 48.ª: SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	42
CLÁUSULA 49.ª: RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO DONO DA OBRA	42
CLÁUSULA 50.ª: RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO EMPREITEIRO	43
CLÁUSULA 51.ª: FORO COMPETENTE	44
CLÁUSULA 52.ª: COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	44
CLÁUSULA 53.ª: CONTAGEM DOS PRAZOS	44
CAPÍTULO VII	44
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	44
CLÁUSULA 54.ª: REQUISITOS MÍNIMOS DO PESSOAL AFETO À OBRA	45
CLÁUSULA 55.ª: CUSTOS DA FISCALIZAÇÃO	45
CLÁUSULA 56.ª: TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS	46
CLÁUSULA 57.ª: LOCAIS E INSTALAÇÕES CEDIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTALEIRO	47
CLÁUSULA 58.ª: INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	47
CLÁUSULA 59.ª: REDES DE ÁGUA, DE ESGOTOS, DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE ENERGIA ELÉTRICA	48
CLÁUSULA 60.ª: EQUIPAMENTO	48
CLÁUSULA 61.ª: OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO	48
CLÁUSULA 62.ª: TELAS FINAIS.....	49
CLÁUSULA 63.ª: CAUÇÃO.....	50
CLÁUSULA 64.ª: REGIME APLICÁVEL	50
ANEXO I.....	51
ANEXO II.....	55

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.ª: OBJETO

- 1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da Empreitada de *“Reabilitação da Escola Básica n.º 2 da Lousã”*.
- 2 - É Entidade Adjudicante e Dono de Obra, o Município da Lousã. O Adjudicatário será designado *infra* por Empreiteiro.
- 3 - Constitui objeto do contrato de empreitada a celebrar, a realização dos trabalhos de reabilitação da Escola Básica n.º 2, a executar na Rua Eng. Gil D’Orey, na vila da Lousã, União de freguesias de Lousã e Vilarinho, distrito de Coimbra.
- 4 - O Empreiteiro deve ser titular de alvará das subcategorias e das categorias correspondente ao valor dos trabalhos em causa.
- 5 - O contrato a celebrar terá a natureza de contrato administrativo, nos termos e para os efeitos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo-lhe aplicável, designadamente, o disposto na Parte III desse Código.

CLÁUSULA 2.ª: DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A EMPREITADA

- 1 - A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP» e respetivas atualizações, retificações e legislação complementar);
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetivas atualizações, retificações e legislação complementar;
 - d) À Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, atualizada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e Lei n.º 25/2018, de 14/06;
 - e) Ao presente Caderno de Encargos e demais especificações constantes dos anexos ao mesmo.
 - f) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - g) Às regras da arte.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no CCP;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos, nos termos dispostos no CCP;
 - d) O caderno de encargos, integrado pelo programa e pelo projeto de execução;

- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

CLÁUSULA 3.ª: INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EMPREITADA

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior, resolver-se-ão através da seguinte ordem, decrescente, de prevalência:

- 1º) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Dono de Obra;
- 2º) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
- 3º) O presente Caderno de Encargos;
- 4º) A proposta Adjudicada;
- 5º) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 - No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução:

- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
- b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outros no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º do CCP, e sem prejuízo da remissão direta que estes elementos fizerem para outras peças;
- c) No caso de conflito entre as cláusulas deste Caderno de Encargos e o projeto, prevalecerá o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra;
- d) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

CLÁUSULA 4.ª: ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 - O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

CLÁUSULA 5.ª: PROJETO

- 1 - Os projetos de execução a considerar para a realização da empreitada são os patenteados no procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - Competirá ao Empreiteiro a elaboração das peças escritas, pormenores e peças desenhadas do projeto correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra e que sejam admissíveis nos termos deste Caderno de Encargos e do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - Até à data da receção provisória, o empreiteiro entrega ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos dos projetos patenteados, elaborados em transparentes sensibilizados de material indeformável e inalterável com o tempo, ou através de outros meios, desde que aceites pelo dono da obra.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

SECÇÃO I

PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

CLÁUSULA 6.ª: PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA

- 1 - O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas nos planos de segurança e saúde e nos planos de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham os projetos de execução, assim como nos Estudos Ambientais.
 - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea h) do n.º 4 da presente cláusula.
- 2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.
- 3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
 - a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
- 4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP, sem prejuízo do direito de o empreiteiro apresentar reclamação relativamente aos erros e omissões que só lhe seja exigível detetar posteriormente, nos termos previstos no artigo 50.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP. A preparação e o planeamento dos trabalhos compreendem a elaboração e apresentação, pelo adjudicatário, nomeadamente do plano de segurança e saúde, do plano de gestão ambiental, do plano de gestão de resíduos, do plano geral de monitorização, do plano de gestão da qualidade, do plano definitivo de trabalhos, mão de obra, equipamentos e de pagamentos.;
- g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas e) e f);
- h) A elaboração pelo empreiteiro de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, da responsabilidade do dono da obra, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 – No que diz respeito aos requisitos, relativos às categorias de intervenção definidas no âmbito da Dimensão Verde, o empreiteiro deverá ter em consideração o seguinte:

- a) A construção de novas infraestruturas de saúde pressupõe o cumprimento de elevados padrões de eficiência energética, que irão potenciar necessidades de energia primária inferiores em, pelo menos, **20% ao requisito NZEB**, i.e., ao padrão definido no Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro. Este diploma legal estabelece os requisitos aplicáveis à conceção e renovação de edifícios, com o objetivo de assegurar e promover a melhoria do respetivo desempenho energético através do estabelecimento de requisitos aplicáveis à sua modernização e renovação, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, (Diretiva EPBD) relativa ao desempenho energético dos edifícios;

6 – O Empreiteiro na preparação da empreitada, deverá ter ainda em conta os requisitos relativos à “economia circular”, **incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos**, devendo as obras ser promovidas nos termos do novo regime geral da gestão de resíduos e do novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro aprovados pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que transpõe para a legislação nacional as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

7 – Tendo por base, os pontos 5 e 6, o Empreiteiro deverá **assegurar a elaboração de um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD)**, que constitui condição de receção da obra e cujo cumprimento é demonstrado através da vistoria, a promover nos termos do artigo 394.º do CCP. Os operadores económicos responsáveis pela intervenção devem garantir que pelo menos 70% (em peso) dos resíduos de construção e demolição não perigosos (excluindo os materiais naturais referidos na categoria 17 05 04 na Lista Europeia de Resíduos pela Decisão 2000/532/CE) produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos, recorrendo para o efeito a operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados, sempre que a legislação nacional assim o exija.

CLÁUSULA 7.ª: PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO

- 1 - No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.
- 2 - No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.
- 3 - O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.
- 4 - O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:
 - a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
 - b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
 - d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
- 5 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

CLÁUSULA 8.ª: MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS

- 1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
- 3 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de 15 dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

6 - Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

7 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

SECÇÃO II

PRAZOS DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 9.ª: PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

1 - O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;

b) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo **18 (dezoito) meses** a contar da data da sua consignação ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 - Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.

4 - Não é aplicável o disposto no artigo 301.º do CCP.

5 - Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o empreiteiro o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:

a) Sempre que se trate de trabalhos complementares da mesma espécie dos definidos no contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;

b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa dos que constam no contrato, por acordo entre o dono da obra e o empreiteiro, considerando as particularidades técnicas da execução.

6 - Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.

7 - Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

CLÁUSULA 10.ª: CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS

1 - O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 4 da cláusula 8.ª

CLÁUSULA 11.ª: MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual.

2 - No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 - O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

CLÁUSULA 12.ª: ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS

1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

SECÇÃO III

SISTEMAS DE GESTÃO (QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA)

CLÁUSULA 13ª: SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

1 - O empreiteiro obriga-se a estabelecer, implementar e manter um sistema de Gestão da Qualidade da obra que, sem prejuízo da observância da legislação aplicável, cumpra os requisitos da norma NP EN ISO 9001 em vigor.

2 - O Sistema de Gestão da Qualidade da obra deverá ser especificado num Plano de Gestão da Qualidade (PGQ), a ser elaborado de acordo com as “Linhas de Orientação para Planos da Qualidade” – norma NP ISO 10005 em vigor, seguindo a estrutura do PGQ tipo (conforme o Anexo I do Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas Gerais) e obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Definição de uma Política da Qualidade apropriada ao âmbito da empreitada;
- b) Definição de objetivos específicos da empreitada e da sua monitorização, necessários ao cumprimento dos requisitos definidos pelo Dono da Obra no âmbito da empreitada;
- c) Descrição das responsabilidades pela gestão e execução dos trabalhos, incluindo os Técnicos com intervenção no Sistema de Gestão da Qualidade da obra nas diversas áreas,

nomeadamente: planeamento, produção, fornecedores (Subempreiteiros, prestadores de serviços, fornecedores de bens, materiais e equipamentos), interface com o Dono de Obra e Fiscalização;

- d) Descrição dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade da obra e respetivas interações. Cada processo deverá ser caracterizado da seguinte forma: finalidade/missão do processo; entradas; atividades; saídas; indicadores de medida; métodos de monitorização; documentos associados;
- e) Descrição da lista de materiais e equipamentos a incorporar e a controlar na receção do estaleiro antes da sua aplicação em obra, para os quais serão elaborados Planos de Receção e Controlo de Materiais e Equipamentos e respetivas formas de registo. Esta lista e respetivos planos deverão ser apresentados tendo em conta cada uma das especialidades que constituem a empreitada;
- f) Descrição da lista de atividades a controlar durante a execução da obra, para os quais serão elaborados Planos de Monitorização e Medição. Esta lista e respetivos planos deverão ser apresentados tendo em conta cada uma das especialidades que constituem a empreitada;
- g) Definição de metodologias de:
 - i. Controlo da documentação do Sistema de Gestão da Qualidade da obra: PGQ; Procedimentos; Planos de Medição e Monitorização, Instruções de Trabalho, Planos de Receção e Controlo de Materiais e Equipamentos, Formulários, Registos, entre outros;
 - ii. Análise do Projeto na perspetiva da Qualidade com vista à deteção de eventuais deficiências/lacunas, nomeadamente a compatibilização entre as várias especialidades, que afetem o desenvolvimento dos trabalhos em obra;
 - iii. Gestão de compras: especificação e documentos de compra, receção, seleção e avaliação de fornecedores (Subempreiteiros, prestadores de serviços, fornecedores de bens, materiais e equipamentos);
 - iv. Controlo de produtos fornecidos desde a receção, identificação, manuseamento, armazenamento e preservação;
 - v. Controlo dos processos de execução: fluxogramas sequenciais das atividades e/ou procedimentos de execução, processos especiais (necessitam de validação) e atividades críticas para a qualidade final da obra, incluindo atividades desenvolvidas por Subempreiteiros;
 - vi. Controlo dos equipamentos de medição e monitorização (EMM) a utilizar em obra incluindo os utilizados pelos Subempreiteiros;
 - vii. Armazenamento, preservação e movimentação dos materiais em todas as fases de execução da obra, bem como a identificação e localização dos materiais em estaleiro;
 - viii. Rastreabilidade dos materiais aplicados na empreitada;
 - ix. Gestão de não conformidades, ações corretivas e preventivas;
 - x. Gestão das Auditorias Internas ao Sistema de Gestão da Qualidade da obra;
 - xi. Gestão da formação a todos os níveis do pessoal envolvido nos processos previstos no Sistema de Gestão da Qualidade da obra.

3 - No prazo máximo de 15 (quinze) dias de calendário, contados a partir da data da notificação da adjudicação, o Empreiteiro submeterá à aprovação da Fiscalização e/ou Dono da Obra uma 1.ª versão do PGQ nos termos referidos no ponto 2 desta cláusula, bem como o respetivo planeamento da sua implementação elaborado tendo em conta o Plano Definitivo de Trabalhos da obra. No entanto, esse PGQ deverá ser sempre entregue até a data da consignação da obra, devendo ser desenvolvido e/ou

reformulado tendo em conta a Nota Técnica apresentada na sua proposta e a necessária compatibilização e articulação com a estrutura organizacional da Fiscalização. Pretende-se a integração da Fiscalização no processo dos registos da qualidade visando a eficácia e economia de meios na realização da obra e consequentemente evitar a duplicação de registos.

4 - O Empreiteiro é responsável por eventuais danos ou prejuízos sofridos pelo Dono da Obra em virtude do incumprimento do estabelecido na presente cláusula.

5 - Para efeitos do disposto no ponto.3 desta cláusula, deverá ocorrer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias de calendário após a data da notificação da adjudicação, e mediante solicitação prévia atempada do Empreiteiro, uma reunião com a Fiscalização e/ou o Dono da Obra para a recolha das indicações que o Empreiteiro considere necessárias para proceder ao desenvolvimento / adaptação do PGQ para assegurar a referida compatibilização com a Fiscalização.

6 - Até 15 (quinze) dias de calendário antes de rececionado qualquer material ou equipamento incorporável, ou de iniciado qualquer trabalho relevante, deverá o Empreiteiro submeter à apreciação da Fiscalização o respetivo Plano de Receção e Controlo e Plano de Monitorização e Medição, respetivamente, incluindo a forma de registo de controlo. Consideram-se relevantes, nomeadamente, os materiais, os equipamentos incorporáveis e os trabalhos constantes das listas apresentadas e aprovadas conforme referido no ponto 2 e) e 2 f) da presente cláusula, sem prejuízo de outros que a Fiscalização e/ou Dono da Obra em qualquer momento possam determinar a sua inclusão.

7 - O Dono da Obra e/ou a Fiscalização reservam-se o direito de auditar ou mandar auditar o Sistema de Gestão da Qualidade da obra, em qualquer momento a partir do segundo mês após a consignação da mesma. Sendo detetadas não conformidades, compete ao Empreiteiro, num prazo de 15 (quinze) dias de calendário, se não for acordado outro prazo, corrigir as não conformidades e, se necessário, apresentar um plano de ações corretivas para aprovação pela Fiscalização e/ou Dono da Obra. O Dono da Obra ou a Fiscalização poderão também, se assim entenderem, acompanhar as auditorias promovidas pelo Empreiteiro ao seu Sistema de Gestão da Qualidade implementado na obra em causa ou aos Sistemas da Qualidade dos seus subcontratados, obrigando-se o Empreiteiro a informar o Dono da Obra e/ou a Fiscalização sobre a realização dessas auditorias com a antecedência mínima de até 7 (sete) dias de calendário.

8 - O Dono da Obra e/ou a Fiscalização reserva-se o direito de, em qualquer momento ou em resultado de auditorias, mandar reformular quaisquer aspetos do Sistema de Gestão da Qualidade, incluindo a criação de novos registos ou a redefinição do âmbito e extensão da rastreabilidade. Essa reformulação deverá ser efetuada pelo Empreiteiro no prazo de 15 (quinze) dias de calendário, caso não venha a ser acordado outro prazo.

9 - O Dono da Obra e/ou a Fiscalização terão, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos do Sistema de Gestão da Qualidade da obra, incluindo relatórios das auditorias efetuadas (internas e externas), podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em partes, em suporte de papel e/ou informático. Essa informação deverá ser fornecida, sempre que possível, no momento do pedido, ou no prazo de 1 (uma) semana tratando-se de volumes de informação que exijam mais tempo. Poderá ser acordado outro prazo nos casos justificáveis.

10 - O Empreiteiro deverá manter em funções uma equipa do Sistema de Gestão da Qualidade, aceite pelo Dono da Obra, de acordo com o previsto no Caderno de encargos, sobre a equipa técnica. O Empreiteiro não poderá substituir qualquer elemento da equipa do Sistema de Gestão da Qualidade sem o consentimento expresso do Dono da Obra e/ou Fiscalização. O Dono da Obra e/ou Fiscalização poderá em qualquer momento mandar substituir qualquer elemento da equipa do Sistema de Gestão da Qualidade, nomeadamente, verificando-se que não possui experiência para a função, revele falta de dedicação e empenho, ou por qualquer outra circunstância justificada.

11 - O Empreiteiro obriga-se a apresentar, mensalmente, durante a vigência do Contrato, um relatório circunstanciado sobre a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da obra. Esse relatório deverá ser apresentado até ao oitavo dia útil do mês seguinte. Pretende-se avaliar o desempenho e progresso do Sistema ao longo do período de vigência do Contrato. O modelo desse relatório deverá ser apresentado

pelo Empreiteiro na reunião referida no ponto 5 desta cláusula, podendo o Dono da Obra e/ou a Fiscalização em qualquer momento mandar introduzir as alterações a esse modelo que entender convenientes, nomeadamente, a inclusão de informação que considere relevante para a referida avaliação.

12 - Na conclusão dos trabalhos e antes da receção provisória, o Empreiteiro fornecerá à Fiscalização uma cópia de toda a documentação associada ao Sistema de Gestão da Qualidade da obra para análise. Após aprovação, o Empreiteiro entregará ao Dono da Obra e/ou à Fiscalização, em suporte de papel e/ou informático, conforme vier a ser definido, toda a documentação aprovada relevante do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade da obra, incluindo todos os registos que comprovam a qualidade de execução da obra.

13 - O Dono da Obra reserva-se o direito de participar em qualquer das fases de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da obra por si consideradas relevantes.

CLÁUSULA 14ª: SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

1 - O Adjudicatário obriga-se a desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), para aplicar às atividades inerentes ao objeto do presente caderno de encargos, devendo seguir os princípios gerais previstos na norma NP EN ISO 14001, em vigor.

2 - O SGA que o Adjudicatário desenvolverá deve ser descrito e documentado no Plano de Gestão Ambiental (PGA), o qual deve estar de acordo com orientação técnica nº 9/2023 - Metodologia para cumprimento dos requisitos sobre **“Não prejudicar significativamente” (DNSH) e contributo para a “Transição Ecológica” do PRR.**

3 - POLÍTICA DE AMBIENTE

3.1 - Este ponto deve conter a declaração do Adjudicatário, sob a forma de Política de Ambiente, onde o Adjudicatário, através do seu mais alto representante no contrato, reconhece, no mínimo, como princípios fundamentais, o cumprimento das obrigações de conformidade e suas atualizações bem como das medidas de minimização e recomendações dos Estudos e Planos Ambientais anexos a este caderno de encargos, autorizações e/ou licenças prévias apresentados pela entidade Adjudicante e/ou obtidos pelo próprio Adjudicatário no âmbito do contrato, o empenho na melhoria contínua e a proteção do ambiente.

4 - PLANEAMENTO

4.1 - ASPETOS AMBIENTAIS

4.1.1 - O Adjudicatário deve proceder à análise das atividades constantes, quer no mapa de quantidades patenteado no concurso, quer nas eventuais memórias descritivas fornecidas para suporte técnico dos trabalhos a desenvolver, propondo ao Dono de Obra, para aprovação, a estrutura da Matriz de Identificação e Avaliação de Aspectos Ambientais e o seu devido preenchimento, que deve incluir uma avaliação dos riscos e oportunidades associados aos aspetos ambientais significativos, função das condições de execução dos trabalhos postos a concurso.

4.1.2 - O Adjudicatário identificará e justificará a metodologia que irá usar para determinar a significância dos aspetos que encontrar, bem como, o critério de hierarquização dos mesmos aspetos, que deve determinar a escala de prioridades de ação. O Adjudicatário considerará as medidas de minimização veiculadas para a fase de construção estabelecidas nos estudos e planos ambientais facultados em anexo a este caderno de encargos.

4.1.3 - Para satisfação dos 2 (dois) requisitos anteriores o Adjudicatário considerará no Plano de Gestão Ambiental um procedimento que será designado por ‘Identificação e Avaliação de Aspectos Ambientais’, a aprovar pelo Dono de Obra.

4.1.4 - Para o planeamento do SGA, o adjudicatário deve apresentar, desde o início do contrato, os consumos, designadamente dos seguintes recursos:

- a) Consumo médio mensal de água nos estaleiros e frentes de trabalho;

- b) Consumo médio de combustíveis;
- c) Consumo médio mensal de eletricidade;
- d) Materiais reciclados;
- e) Consumo de produtos fitofarmacêuticos.

4.1.5 - Além do exposto no ponto anterior o adjudicatário deve integrar no Planeamento do SGA o controlo sobre os equipamentos a utilizar, e em particular sobre os geradores, extintores e equipamentos de refrigeração e de ar condicionado.

4.2 - OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE

O Adjudicatário fará prova da metodologia que segue para se manter permanentemente atualizado em matéria das obrigações de conformidade e será responsável pela sua aplicação no contrato, incluindo os eventuais custos que lhe estiverem associados.

4.3 - OBJETIVOS E PLANEAMENTO

Da avaliação da Matriz de Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais, o Adjudicatário estabelecerá Objetivos mensuráveis e definirá o planeamento de ações para o alcance dos mesmos incluindo indicadores de desempenho ambiental, cuja prossecução será monitorizada.

5 - SUPORTE

5.1 - RECURSOS

5.1.1 - O adjudicatário identificará o organigrama funcional e hierárquico, onde se deve focalizar a estrutura da área ambiente, para o contrato, constituindo o mesmo um anexo ao PGA. As atualizações ao organigrama devem ser vertidas para o PGA, em vigor, após aprovação pelo Dono de Obra.

5.1.2 - Para efeitos da responsabilidade pela implementação do SGA considera-se o Diretor Técnico como o responsável máximo. Para assessorar em matéria técnica e acompanhamento a este Responsável, o adjudicatário deve nomear uma equipa de técnicos, de acordo com o previsto a este propósito na cláusula 54 deste caderno de encargos.

5.1.3 - Tendo em vista a implementação do SGA definido no PGA que apresentar, o Adjudicatário obriga-se ainda a afetar às diversas frentes de trabalho técnicos de ambiente em número adequado à complexidade das intervenções.

5.1.4 - O Dono de Obra reserva-se o direito de obrigar o Adjudicatário a substituir estes técnicos ou a aumentar o seu número, função da avaliação do seu desempenho, ou da necessidade de se reforçar a implementação do SGA no contrato, sem custos adicionais para o Dono de Obra.

5.2 - COMPETÊNCIAS E CONSCIENCIALIZAÇÃO

5.2.1 - O adjudicatário obriga-se a dar formação e a promover ações de sensibilização aos seus trabalhadores, trabalhadores de subcontratados e trabalhadores independentes, sobre a gestão

ambiental associada aos trabalhos que vão executar, nomeadamente, sobre as medidas de minimização planeadas e as obrigações de conformidade, sem prejuízo da sua responsabilidade no cumprimento dos requisitos a nível contratual e legal. A primeira ação deve ser dada na sessão de acolhimento a cada novo trabalhador, incluindo o corpo técnico. As sessões seguintes devem constar do Plano de Formação do contrato, na frequência adequada ao prazo total de execução dos trabalhos.

5.2.2 - O Adjudicatário deve estabelecer uma metodologia para a avaliação da eficácia das ações ministradas.

5.2.3 - As datas das ações de formação e de sensibilização devem constar de uma tabela, a manter atualizada ao longo do contrato, cujo conteúdo mínimo se apresenta no Modelo de Controlo da realização do plano de formação de ambiente, em anexo a este caderno de encargos.

5.3 - COMUNICAÇÃO

5.3.1 - As relações entre o dono de obra e o Adjudicatário, no que se refere à execução dos trabalhos, serão garantidas pelo Gestor do Contrato e pelo Diretor Técnico. Estes dois agentes procedem, em conjunto com os Responsáveis de Ambiente respetivos, à implementação do SGA e à preparação dos procedimentos de ambiente inerentes à execução dos trabalhos.

5.3.2 - O Adjudicatário registará e comunicará ao Dono de Obra no prazo máximo de 24 horas, sempre que possível acompanhados de reportagem fotográfica, as seguintes situações/ocorrências/incidentes e outras que causem prejuízo para o ambiente, conjuntamente com as diligências e ações, designadamente medidas imediatas de mitigação que, na sua sequência levar a cabo:

- a) Quando terceiros reclamam relativamente a níveis de ruído produzidos pelos trabalhos;
- b) Quando terceiros reclamam relativamente a resíduos e eventuais interferências com as suas propriedades;
- c) Quando terceiros reclamam relativamente à utilização de manchas de empréstimo e áreas de depósito;
- d) Quando o Dono de Obra é objeto de ações de fiscalização por parte de organismos do ministério com a tutela da área do ambiente.

5.3.3 - Sempre que no decurso do contrato e em matérias do domínio do ambiente, for necessário o contacto com entidades externas ao contrato, o Adjudicatário dará conhecimento prévio ao dono de obra, das suas propostas, diligenciando, a determinação do dono de obra, quanto às ações necessárias a tomar.

5.3.4 – Previamente à elaboração de ações que possam resultar em restrições à mobilidade, corte de serviços e infraestruturas públicas ou outros efeitos sobre o público em geral, o Adjudicatário informará formalmente os organismos oficiais representativos das populações, das ações a desenvolver, justificando a sua necessidade e explicando as mesmas, bem como a sua duração. Para esse efeito, elaborará e editará uma breve nota apelativa e não técnica, que sujeitará a prévia autorização do dono de obra, e que posteriormente divulgará e publicitará num jornal de tiragem nacional e local, bem como, junto dos locais de maior acesso público (ou por outra via previamente concertada com o dono de obra).

5.4 - INFORMAÇÃO DOCUMENTADA

5.4.1 - O Adjudicatário procederá ao desenvolvimento do PGA a partir da data da comunicação da adjudicação e entregará a versão para aprovação, até 15 (quinze) dias de calendário a contar da referida data, devendo ser simultaneamente apresentado em suporte informático e em papel em número de cópias a acordar com o dono de obra. O Adjudicatário considerará todos os estudos e planos ambientais disponibilizados em anexo a este caderno de encargos, para o seu desenvolvimento e evidenciará, desde o início, o cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis atendendo ao princípio da Prevenção e Precaução Ambiental consagrado na Lei de Bases do Ambiente. No âmbito do PGA que desenvolver, o Adjudicatário identificará e anexará ao referido documento os modelos de registo ambiental que usará no contrato.

5.4.2 - Os procedimentos de execução das atividades, quando aplicáveis, devem incluir a vertente ambiente e serem entregues até 5 (cinco) dias previamente ao início dos trabalhos em causa para aprovação pelo Fiscalização/Dono de Obra.

5.4.3 - O plano de trabalhos aprovado deve constituir um anexo do PGA, justificando nos respetivos relatórios os eventuais atrasos verificados em matéria de Ambiente e incluindo as revisões ao mesmo.

5.4.4 - O modelo de parte diária do contrato, a desenvolver pelo Adjudicatário, deve integrar a vertente operacional de ambiente (produção de resíduos e de material usado) designadamente identificação/quantificação/local de armazenamento preliminar/destino final.

5.4.5 - O Adjudicatário obriga-se a apresentar mensalmente (salvo outra frequência acordada com o dono de obra/fiscalização), até ao quinto dia útil do mês seguinte, um relatório de acompanhamento ambiental (RAA) relativo à implementação do SGA. O modelo deste relatório, cuja estrutura inicial carece de aprovação por parte do Dono de Obra, deverá contemplar no mínimo os seguintes pontos:

Produção

- a) frentes de trabalho
- b) trabalhos desenvolvidos
- c) planeamento da gestão para o mês seguinte em função dos trabalhos programados;

Objetivos, metas e programas

- a) avaliação do cumprimento dos indicadores de desempenho ambiental estabelecidos no Programa de Gestão Ambiental;

Formação

- a) ações de formação e sensibilização em ambiente realizadas;

Comunicação

- a) registo de contactos e reclamações do público, bem como, seu tratamento;

Controlo Operacional

- a) gestão de resíduos;
- b) principais medidas preventivas e de minimização implementadas;

Preparação e resposta a emergências

- a) análise de incidentes/ocorrências ambientais;

Verificação

- a) inspeções e vistorias realizadas com o devido suporte informático;
- b) monitorização e medição realizada;

Não conformidades, ações corretivas e ações preventivas

- a) auditorias internas;
- b) auditorias do Dono de Obra;
- c) não conformidades extra-auditorias.

Auditorias

- a) A complementar a descrição das ações desenvolvidas o Empreiteiro deverá apresentar reportagem fotográfica correspondente.

Deverão constar como anexos, no mínimo os seguintes registos, cujos modelos são apresentados em anexo a este caderno de encargos, salvo o do mapa de controlo de Materiais usados/Resíduos produzidos e o registo de movimentos de gases fluorados a facultar pelo Dono de Obra na data de comunicação de adjudicação. Quando não apresentado modelo em anexo a este caderno de encargos deverão ser propostos pelo empreiteiro, sujeito a aprovação pelo dono de obra/fiscalização:

- a) Mapa de controlo de Materiais usados/Resíduos produzidos que deverá ser igualmente remetido em formato editável (excel);
- b) Controlo da realização do plano de formação de ambiente;
- c) Intervenções em equipamentos AVAC;
- d) Comunicação ao público pela realização de atividades em período noturno;
- e) Tratamento de Constatações emitidas.

O Adjudicatário entregará no relatório, cópias dos registos ambientais relativos ao período por este abrangido. O relatório deve ser simultaneamente apresentado em suporte informático e em papel em número de cópias a acordar com o Dono de Obra.

5.4.6 - O modelo deste relatório sendo um registo do SGA deve ser apresentado como anexo ao PGA e como tal deve incorporar o solicitado acima. Durante o decurso do contrato o dono de obra pode acordar com o Adjudicatário alterações ao modelo constante do presente caderno de encargos, nos casos em que tal se justifique.

5.4.7 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao longo do contrato e após a sua conclusão, o Adjudicatário fornecerá ao dono de obra, em suporte de papel e em suporte informático, toda a documentação relevante para a verificação e avaliação do SGA implementado e cumprimento contratual no número de cópias e respetivo suporte a definir com o dono de obra.

5.4.8 - Para efeitos de receção provisória, o Adjudicatário deve entregar para aprovação do dono de obra, o relatório de acompanhamento ambiental final (RAAF) em modelo a apresentar previa para aprovação do dono de obra/fiscalização.

5.4.9 - O Adjudicatário deve entregar todos os registos de Ambiente, produzidos no tempo de duração da obra, em formato digital, organizados em pastas pela temática correspondente, constituindo um dossier de Ambiente da empreitada.

5.4.10 - O Adjudicatário deve ainda entregar para efeitos de receção provisória, a atualização do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), designadamente o Atualização do PPGRCD em obra e o Evidências Documentais para aprovação do Dono de Obra.

5.4.11 - O dono de obra reserva-se o direito de não aceitar o conteúdo de quaisquer documentos de ambiente que contenham deficiências. Caso tal venha a acontecer, competirá ao Adjudicatário corrigir esses documentos até que sejam aceites, assumindo o Adjudicatário todas as responsabilidades pelos atrasos decorrentes desse facto.

5.5 - CONTROLO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTADA

5.5.1 - O Adjudicatário deve apresentar a metodologia para a gestão do Plano de Gestão Ambiental, nomeadamente:

- a) Elaboração, validação e aprovação

O adjudicatário deve identificar quem elabora, valida e aprova o PGA;

- a) Edição

O adjudicatário deve identificar a periodicidade de revisão do PGA e a metodologia que assegurará para o manter atualizado;

- a) Distribuição

Deve ser identificado o modo como se fará a distribuição do PGA e a quem será distribuído;

- a) Arquivo

Será identificado no Plano de arquivo o modo como se procede ao arquivo das diversas edições do PGA e o(s) local(ais) onde tal ocorre, bem como, o tipo de tratamento que é dado às edições obsoletas.

5.5.2 - Nos modelos de registo que apresentar, o Adjudicatário preverá a necessária articulação com o dono de obra/fiscalização, nomeadamente, na integração dos processos dos registos ambientais, evitando-se duplicações de registos. O dono de obra poderá, em qualquer momento, determinar as alterações ao SGA que considerem convenientes.

5.5.3 - O Adjudicatário proporá, com a primeira versão do PGA, um plano de arquivo para a documentação e registos ambientais do contrato. Este arquivo contará com uma versão em suporte digital, sendo a organização e extensão deste Plano de Arquivo posteriormente acordadas com o dono de obra/fiscalização.

5.5.4 - O adjudicatário deve definir a metodologia para a identificação, armazenamento, proteção, recuperação, retenção e eliminação da informação documentada.

5.5.5. - O dono de obra/fiscalização terá, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos de ambiente, incluindo entre outros, relatórios de auditorias efetuadas, podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em parte, em suporte de papel e/ou suporte informático. Essa informação deve ser fornecida no momento do pedido ou no prazo acordado.

5.6 - OPERACIONALIZAÇÃO

5.6.1 - PLANEAMENTO E CONTROLO OPERACIONAL

5.6.2 - No âmbito do desenvolvimento do SGA, o Adjudicatário identificará as possíveis tarefas de gestão, a serem subcontratadas, transpondo para o PGA em requisito próprio, e fará prova da capacidade do subcontratado para o desempenho do trabalho.

5.6.3 - O Adjudicatário assegurará no texto dos seus contratos, com os Subcontratados que contratar, que os mesmos se vinculam, sem reserva, ao cumprimento do Plano de Gestão Ambiental que estiver em vigor e que lhe seja aplicável. Sempre que ocorrer delegação para o(s) subcontratado(s) da gestão de quaisquer dos resíduos produzidos, no âmbito da execução dos trabalhos, a mesma deve estar claramente vertida no procedimento de gestão de resíduos, indicando, caso aplicável, as condições de armazenamento preliminar nas suas instalações.

5.6.4- Em matéria ambiental o Adjudicatário é o único responsável perante o dono de obra e responderá pelos seus subcontratados, designadamente nos custos e danos que estes fizerem incorrer ao dono de obra bem como dos incumprimentos legais e contratuais de que for objeto.

5.7 - REQUISITOS GERAIS PARA O ESTALEIRO E ESTRUTURAS DE APOIO À OBRA

5.7.1 - O Adjudicatário obriga-se a incluir no Projeto de Estaleiro e das Estruturas de Apoio à Obra, no mínimo, a documentação seguinte:

- a) Memória descritiva e justificativa;
- b) Localização exata à escala adequada;
- c) Implantação das novas estruturas face às condicionantes ambientais e/ou legais aplicáveis;
- d) Indicação da área ocupada;
- e) Indicação do volume de terras movimentado, caso se justifique;
- f) Proposta de modelação do terreno intervencionado, garantindo a apropriada drenagem, bem como a adequada continuidade com os terrenos adjacentes;
- g) Proposta/Projeto de execução de um sistema de drenagem, caso se justifique;

5.7.2 - O Adjudicatário obriga-se ainda a incluir no Projeto de Estaleiro os locais para:

- a) triagem e armazenamento controlado e preliminar de resíduos;
- b) lavagem de rodados;
- c) bacias de decantação e respetivos sistemas de reutilização de água;
- d) bacias de retenção de hidrocarbonetos;
- e) Drenagem de águas pluviais e residuais e respetivas ligações de encaminhamento a destino final licenciado; e
- f) outros sistemas e ou equipamentos de controlo ambiental que sejam necessários para cumprir com as obrigações legais nesta vertente, bem como, com os objetivos e metas identificados para o SGA.

Estes locais serão identificados através de sinalética alusiva aos diversos sistemas/equipamentos/materiais.

O Projeto de Estaleiro em vigor no contrato deve ser um único, sendo este validado pela área do Ambiente para os requisitos acima expostos, não obstante as aprovações referentes à Segurança identificados no

ponto correspondente do presente Caderno de Encargos. O projeto de estaleiro deve constar dos Anexos do PGA.

5.7.3 - O Adjudicatário apresentará os requisitos presentes no número anterior para as frentes de trabalho que se verificarem necessárias assim como para outros estaleiros de apoio/loais de realização de trabalhos, nomeadamente, instalações do adjudicatário e/ou de subcontratados, utilizados para o armazenamento preliminar de resíduos/materiais usados/produtos.

5.7.4 - No decurso do contrato o dono de obra poderá, a expensas do Adjudicatário, exigir a aplicação de qualquer tecnologia de fim de linha, que se revele necessária para a satisfação das condições de desempenho ambiental e, designadamente, quando esteja em causa o cumprimento de requisitos legais de controlo ambiental.

5.8 – MATERIAIS USADOS/RESÍDUOS

5.8.1 - Durante o prazo previsto para o desenvolvimento do PGA, o Adjudicatário deve documentar a “Gestão de resíduos e materiais usados” assente no Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. Como requisitos mínimos, deve contemplar informação sobre os locais para armazenamento preliminar e encaminhamento final (no âmbito do contrato), documentação associada ao transporte intermédio e final (no âmbito do contrato) bem como a definição de responsabilidades na gestão de resíduos e materiais usados.

5.8.2 - No âmbito do exposto no número anterior deve constar como modelo de registo no documento referido uma tabela, a facultar pelo dono de obra ao Adjudicatário na data de comunicação da adjudicação, para controlo de Materiais usados/Resíduos produzidos.

5.8.3 - Salvo outra proposta aceite pelo dono de obra e as necessárias adaptações, a referida tabela será utilizada ao longo do contrato, para manter o registo das quantidades totais e parciais dos diferentes Materiais usados /Resíduos produzidos.

5.8.4 - A implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), nos termos do Decreto-Lei 46/2008, de 12 de março, bem como a sua documentação nos termos dos requisitos anteriores constituirá uma responsabilidade do Adjudicatário, nomeadamente mantê-lo atualizado ao longo da execução dos trabalhos e o suporte dos custos associados.

5.8.5 - O adjudicatário deve prever a reutilização de materiais ou componentes retirados e a reciclagem na própria obra de resíduos resultantes de obras ou demolições de edificações ou de derrocadas (abreviadamente “resíduos de construção e demolição” ou “RCD”), minimizando assim a quantidade de resíduos a encaminhar para destino final, de acordo com o definido nos Decretos-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro e 46/2008, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de junho.

5.8.6 - Será da responsabilidade do Adjudicatário a obtenção das autorizações para entrega nos destinos finais que utilizar, bem como, a apresentação prévia ao dono de obra dos licenciamentos respetivos a estas unidades, incluindo o relativo ao movimento transfronteiriço de resíduos, caso aplicável.

5.8.7 - A gestão dos resíduos não designados pelo dono de obra/fiscalização como economicamente valorizáveis, nomeadamente a sua recolha, triagem, armazenamento, carga e o seu encaminhamento para destino final licenciado, constituirá uma obrigação e um encargo financeiro do Adjudicatário.

5.8.8 - O Adjudicatário deve criar as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb) em momento prévio ao transporte de resíduos. Na identificação da origem dos resíduos deve indicar o número e designação do contrato e lote (neste último caso quando aplicável) (ex. [nome do Adjudicatário geral], ao serviço do dono de obra, contrato [número], lote [número]).

5.8.9. - Compete ao Adjudicatário zelar pelos materiais usados enquanto estiverem à sua guarda, até receção provisória, sendo responsável por quaisquer ocorrências relacionadas com os mesmos e que venham a causar danos ou prejuízos à, sendo que esta última disposição também se aplica ao universo de resíduos a gerir durante o contrato.

5.8.14 - Em qualquer caso, competirá ao Adjudicatário diligenciar a caracterização analítica do universo dos resíduos que produzir no âmbito do contrato, caso subsista alguma indefinição quanto à sua classificação como resíduo no contexto da Lista Europeia de Resíduos. Para esse efeito recorrerá a laboratório de referência e a métodos analíticos certificados.

5.8.15 - Os produtos/resíduos perigosos suscetíveis de contaminar o solo e a água, serão armazenados em local coberto e impermeabilizado, munido de extintor adequado.

5.8.16 - O Adjudicatário evidenciará a correta gestão de óleos usados no contexto do contrato, pelo que zelará que são mantidos registos dos consumos de óleos e seu encaminhamento segundo a legislação aplicável, sejam estes da sua responsabilidade direta, das empresas suas subcontratadas tenham estas a seu cargo atividades construtivas ou tarefas específicas de manutenção das máquinas.

5.8.17 - O Adjudicatário e seus subcontratados farão prova da inscrição no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SILIAMB), no âmbito da gestão de resíduos.

5.8.18 - O Adjudicatário procederá ao acondicionamento, cobertura e em caso de dias secos e ventosos à humedificação de cargas de características pulverulentas ou do tipo particulado de modo a evitar a queda e espalhamento aquando do transporte.

5.9 - RUÍDO

5.9.1 - O Adjudicatário evitará no seu planeamento, quando aplicável, a execução de atividades ruidosas na proximidade de:

- a) Edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados, durante todo o dia, e, nos dias úteis entre as 20h00 e as 8h00;
- b) Escolas, durante o respetivo horário de funcionamento;
- c) Hospitais ou estabelecimentos similares a qualquer hora.

5.9.2 – Deve entender-se que uma atividade ruidosa é exercida na proximidade de um recetor se o mesmo se localizar a distância inferior a 150 m, sem prejuízo de, em função da atividade em apreço, se verificar que esta distância não é suficiente.

5.9.3 - O exercício de atividades ruidosas temporárias nos horários e locais mencionados anteriormente pode ser autorizado, em casos excecionais e devidamente justificados, mediante a obtenção de Licença Especial de Ruído (LER) junto da(s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais), nos termos do Regulamento Geral do Ruído (RGR), publicado através do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

5.9.4 - A LER é requerida pelo Adjudicatário junto da(s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais) com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis relativamente à data de início da atividade, utilizando para esse efeito requerimento camarário/autárquico em vigor.

- a) Localização exata ou percurso definido para o exercício da atividade;
- b) Datas de início e termo da atividade;
- c) Horário a praticar;
- d) Razões que justificam a realização da atividade naquele local e hora;
- e) Indicação das medidas de prevenção e de redução do ruído propostas, quando aplicável;
- f) Outras informações consideradas relevantes.

5.9.5 - A emissão da LER por períodos superiores a 30 (trinta) dias a emitir pela (s) respetiva(s) Câmara(s) Municipal(ais), ficará condicionada ao cumprimento dos seguintes valores-limite do indicador LAeq do ruído ambiente exterior:

- a) 60 dB(A) no período do entardecer (20H00 até 23H00);
- b) 55 dB(A) no período noturno (23H00 até 7H00); bem como, as demais condições que as Câmaras fixarem neste contexto.

5.9.6 - A exigência do cumprimento dos valores-limite mencionados pode ser excecionalmente dispensada pela(s) respetiva(s) Câmara Municipal(ais) no caso de obras em infraestruturas de transporte, quando seja necessário manter em exploração a infraestrutura, ou quando, por razões de segurança ou de caráter técnico, não seja possível interromper os trabalhos, nos termos do n.º 8 do artigo 15.º do RGR.

5.9.7 - Caberá ao Adjudicatário a liquidação dos respetivos custos associados à obtenção da LER.

5.9.8 - O exercício de trabalhos geradores de ruído nos horários e locais mencionados anteriormente obriga à implementação de um Programa de Monitorização de Ruído, devendo ser tidas em consideração as disposições do documento da APA “Notas técnicas para relatórios de monitorização de ruído – Fase de obra e fase de Exploração”, novembro de 2009, no aplicável e o estabelecido no plano de monitorização do ambiente sonoro anexo a este caderno de encargos.

5.9.9 - A periodicidade desta monitorização será segundo o disposto no plano de monitorização do ambiente sonoro anexo ao presente caderno de encargos e em função das atividades de construção desenvolvidas, devendo as medições in situ abranger fase sem trabalhos e as atividades ruidosas.

5.9.10 - A monitorização do ruído, a executar durante a fase de execução dos trabalhos, deve considerar a Norma NP ISO 1996, privilegiará os trabalhos exercidos nos horários e locais mencionados anteriormente e será função do desenvolvimento do Plano de Trabalhos e atendendo ao tipo e intensidade da atividade exercida em cada momento.

5.9.11 - Sempre que no âmbito da DIA/Estudos e Planos Ambientais ou por determinação do dono de obra, for previsto a comunicação à população, pela realização de atividades ruidosas nos horários e locais mencionados anteriormente, o Adjudicatário obriga-se a informar, após aprovação pelo dono de obra, a população potencialmente afetada.

5.9.12 - A informação à população potencialmente afetada poderá ser efetuada, nomeadamente, através de panfletos, distribuídos porta a porta, contendo informação sucinta relativa aos trabalhos, sua localização, à justificação para a realização dos mesmos no período interdito e à duração previsível dos trabalhos conforme Modelo de Comunicação ao público pela realização de atividades em período noturno, em anexo a este caderno de encargos.

5.9.13 - O Adjudicatário obriga-se a apresentar no relatório de acompanhamento ambiental a listagem de equipamentos que pretende utilizar nos trabalhos, demonstrando o cumprimento do Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro.

5.10 - PAISAGEM

5.10.1 - O Adjudicatário, sempre que aplicável, procederá à vedação da área direta ou indiretamente afeta à intervenção, utilizando vedações em altura suficiente para não permitir a intrusão visual. Na instalação das vedações dará especial atenção a fatores de conforto visual como o tratamento estético e o estado de conservação das vedações.

5.10.2 - Será da responsabilidade do Adjudicatário a delimitação e vedação de manchas de interesse conservacionista e de elementos arbóreos de interesse, na envolvente da área de intervenção, bem como a salvaguarda da interdição de qualquer atividade dentro do perímetro definido.

5.10.3 - O Adjudicatário terá que proceder, durante e no final da intervenção, à recuperação paisagística de todos os locais afetados provisoriamente, mediante projeto que desenvolverá, tendo em conta não só a situação inicial bem como a natureza do próprio local ou eventuais pareceres que possam ter sido emitidos sobre esta matéria por entidades externas, e submeterá para aprovação prévia pelo dono de obra.

5.11 LICENCIAMENTOS ESPECÍFICOS

5.11.1 - O Adjudicatário diligenciará e providenciará a obtenção de todas as licenças no que diz respeito às ações ou ocupações necessárias para os trabalhos, ainda que temporárias, bem como, as autorizações de uso de coletores municipais ou da descarga de águas residuais em meio hídrico ou no solo, competindo-lhe liquidar as respetivas taxas e assegurar as garantias bancárias aplicáveis.

5.11.2 - Será da responsabilidade do Adjudicatário a obtenção das autorizações para utilização de zonas de empréstimo e depósito de solos de escavação.

5.11.3 - Após aprovação dos locais para depósito e empréstimo pelo Dono de Obra, o início da ocupação pelo Adjudicatário só poderá ocorrer após a obtenção dos licenciamentos aplicáveis por parte deste, bem como da prévia declaração do proprietário (caso aplicável) atestando a respetiva autorização para os fins propostos.

5.11.4 - Será da responsabilidade do Adjudicatário a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias à sua atividade ou às intervenções que realizar tendo, no entanto que submeter as diligências a aprovação prévia do dono de obra.

5.12 - PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

5.12.1 - O Adjudicatário procederá à avaliação sistemática dos riscos para o ambiente, associados a todos os trabalhos e tomará as medidas de prevenção e de proteção necessárias.

5.12.2 - O Adjudicatário deve promover simulacros para os cenários apropriados à magnitude da emergência e ao potencial impacte ambiental.

5.12.3 - Cabe ao Adjudicatário a responsabilidade e o suporte dos custos associados perante quaisquer acidentes ambientais que produzam prejuízos ou danos materiais ou pessoais.

5.13 - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

5.13.1 - MONITORIZAÇÃO E MEDIÇÃO

5.13.2 - O Adjudicatário deve proceder à monitorização das suas atividades com vista à verificação do desempenho, controlos operacionais aplicáveis e a conformidade com os objetivos e metas ambientais da obra.

5.13.3 - O Adjudicatário deve proceder periodicamente a inspeções às frentes de trabalhos e locais para armazenamento preliminar de resíduos ou materiais usados, apresentando a periodicidade mínima estabelecida ao dono de obra, para validação.

5.13.4 - O Adjudicatário obriga-se a cumprir o estabelecido nos planos de monitorização anexos a este caderno de encargos.

5.13.5 - O Adjudicatário, no PGA, deve igualmente desenvolver e apresentar um Plano de Monitorização tendo por base os planos de monitorização anexos a este caderno de encargos.

5.13.6 - As primeiras campanhas de monitorização serão realizadas previamente ao início de qualquer trabalho, constituindo a caracterização da situação de referência.

5.13.7 - Sempre que forem efetuadas avaliações no âmbito da Monitorização, o Adjudicatário elaborará um Relatório, segundo a estrutura apresentada na Portaria 395/2015, de 4 de novembro, que entregará ao Dono de Obra.

5.13.8 - O Adjudicatário deve proceder periodicamente à Avaliação da Conformidade com os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis, apresentando a periodicidade estabelecida ao Dono de Obra, para validação.

5.14 - AUDITORIA

5.14.1 - Caberá ao Adjudicatário colaborar com o dono de obra, nas auditorias ambientais, que esta promover e que terão por base o PGA e os requisitos da norma NP EN ISO 14001 em vigor. Estas auditorias poderão abranger o estaleiro, bem como, outros locais onde sejam desenvolvidas atividades de apoio, ou para onde sejam encaminhados resíduos produzidos. As auditorias serão sempre previamente comunicadas ao Adjudicatário, que terá a obrigação de disponibilizar elementos do seu pessoal, conhecedores dos assuntos a abordar, para acompanhar e responder às questões que venham a ser colocadas pela equipa auditora, bem como, a disponibilizar um local adequado, para a realização da auditoria.

5.14.2 - No caso de auditorias internas ao SGA implementado e a serem realizadas pelo Adjudicatários, deve ser enviado, previamente à sua realização, o Plano de Auditoria ao Dono de Obra. O dono de Obra pode, caso assim o entenda, participar na mesma na qualidade de observadora. O Adjudicatário deve enviar, aquando da sua entrega, o Relatório da Auditoria ao dono de obra.

5.14.3 - As auditorias ambientais, podem igualmente abranger as atividades de Subcontratados ou outros subfornecedores podendo abranger as instalações dos Subcontratados ou subfornecedores obrigando-se estes a prestar à equipa auditora o mesmo apoio exigível ao Adjudicatário.

6 - MELHORIA

6.1 - NÃO CONFORMIDADE E AÇÃO CORRETIVA

6.1.1 - O Adjudicatário deve proceder ao tratamento das constatações e implementar ações corretivas adequadas à significância do constatado. As não conformidades de carácter legal devem ser corrigidas de imediato, após a sua comunicação.

CLÁUSULA 15ª : SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA

1 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho

- a) O Empreiteiro obriga-se a implementar no estaleiro um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho baseado nas definições estabelecidas no Plano de Segurança e Saúde e nas disposições da legislação vigente e aplicável, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, republicada através da Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro e o Código do Trabalho, na sua redação atual.
- b) O Sistema de Gestão deve incorporar todos os desenvolvimentos do Plano de Segurança e Saúde (PSS) que venham a ser aprovados pelo Dono de Obra durante a fase de execução da obra.

2 - Colaboração com o Coordenador de Segurança da Obra:

- a) O Empreiteiro obriga-se a incluir no sistema de gestão da segurança e saúde a implementar no estaleiro os procedimentos relativos ao relacionamento com o Coordenador de Segurança da Obra;
- b) O Empreiteiro obriga-se a colaborar com o Coordenador de Segurança da Obra, bem como cumprir e fazer cumprir as diretivas do mesmo;
- c) O Empreiteiro obriga-se a transmitir aos Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes as declarações relativas à nomeação dos Coordenadores de Segurança a que alude o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, bem como afixá-las no estaleiro, em local bem visível.

3 - Compilação Técnica:

O Empreiteiro obriga-se a fornecer os elementos necessários à elaboração da Compilação Técnica da obra que sejam da sua responsabilidade, de acordo com a metodologia aprovada pelo Dono de Obra.

4 - Desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde:

- a) O Empreiteiro obriga-se a apresentar ao Dono de Obra uma proposta de desenvolvimento do PSS, no prazo de 15 (quinze) dias de calendário a contar da data de remessa da notificação de adjudicação.
- b) Aquele desenvolvimento deve obedecer a modelo definido pelo Dono de Obra e contemplar nomeadamente os domínios seguintes:
 - i. Sistema de gestão da informação e da documentação relativa à segurança e Saúde no estaleiro;

- ii. Organograma do estaleiro com a definição de funções, tarefas e responsabilidades;
 - iii. Projeto de estaleiro;
 - iv. Sistema de emergência;
 - v. Análise do Plano de Trabalhos;
 - vi. Análise do Plano e controlo de Equipamentos;
 - vii. Requisitos gerais de segurança que devem ser observados no decurso dos trabalhos;
 - viii. Avaliação e hierarquização dos riscos associados às diversas operações compreendidas no processo construtivo;
 - ix. Especificações relacionadas com riscos especiais;
 - x. Especificações relacionadas com a contratação e o enquadramento dos Subempreiteiros;
 - xi. Especificações relacionadas com a intervenção de Trabalhadores Independentes e fornecedores de materiais e equipamentos;
 - xii. Medidas especiais relativas à cooperação das diversas empresas que operem no estaleiro;
 - xiii. Planeamento da informação e da formação dos trabalhadores;
 - xiv. Modelos de registos a implementar, nomeadamente nos domínios seguintes: relatórios de inspeções e de auditorias de segurança, inquéritos de acidentes de trabalho, controlo de Subempreiteiros, controlo de trabalhadores independentes, controlo geral de trabalhadores;
 - xv. Procedimentos relacionados com a comunicação de acidentes e incidentes.
- c) A proposta de desenvolvimento do PSS será analisada pelo Coordenador de Segurança da Obra, após o que será presente ao Dono de Obra para aprovação.
 - d) A aprovação destes desenvolvimentos do PSS será formalmente comunicada pelo Dono de Obra ao Empreiteiro, só então podendo este iniciar a implantação do estaleiro e a execução dos trabalhos.
 - e) Verificando-se no decorrer da obra a necessidade superveniente de serem introduzidos desenvolvimentos específicos relacionados com parte dos trabalhos a executar, deve o Empreiteiro, de igual forma com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias de calendário da respetiva previsão de execução, apresentar a respetiva proposta para análise do Coordenador de Segurança da Obra e aprovação do Dono de Obra, só podendo iniciar a execução de tais trabalhos após ter recebido a comunicação da aprovação de tais desenvolvimentos por parte do Dono de Obra.
 - f) Caso o Dono de Obra entenda que devem ser introduzidas alterações e/ou modificações aos desenvolvimentos apresentados pelo Empreiteiro, o Dono de Obra determinará o prazo em que tal deve ser efetuado.
 - g) Caso o Empreiteiro não proceda às alterações solicitadas ou proceda de forma insatisfatória, o Dono de Obra, se assim o entender, poderá resolver o contrato, não advindo ao Empreiteiro o direito a qualquer indemnização, seja a que título for.
 - h) Sempre que o Empreiteiro proponha a aprovação parcial dos desenvolvimentos do Plano de Segurança e Saúde e o Dono de Obra o autorize, esta estabelecerá o prazo em que o Empreiteiro deverá submeter à aprovação do Dono de Obra os referidos desenvolvimentos.
 - i) Caso o Empreiteiro não o faça no prazo assinalado ou proceda de forma insatisfatória, ficará sujeito à penalidade diária de **2‰** (dois por mil) **do preço contratual**, por cada dia de atraso,

sem prejuízo do direito do Dono de Obra ser indemnizada dos prejuízos sofridos, podendo, ainda, resolver o contrato.

5 - Enquadramento dos Subempreiteiros e dos Trabalhadores Independentes:

- a) O PSS integrado com os desenvolvimentos e alterações aprovadas pelo Dono de Obra vincula todos os intervenientes no estaleiro, pelo que deve o Empreiteiro, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, observar os seguintes procedimentos:
 - i. Mencionar expressamente nos contratos que celebre com os Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes a sua vinculação às definições estabelecidas no PSS;
 - ii. Assegurar junto daqueles intervenientes a divulgação de todas as definições estabelecidas no PSS que enquadrem a sua intervenção;
 - iii. Assegurar que estes procedimentos sejam cumpridos em qualquer outra contratação que possa ter lugar na cadeia de subcontratação.
- b) Neste âmbito, fica ainda o Empreiteiro obrigado nomeadamente a:
 - iv. Assegurar a aplicação do PSS por parte dos Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes;
 - v. Assegurar que os Subempreiteiros cumpram, na qualidade de empregadores, as obrigações previstas no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
 - vi. Assegurar que os Trabalhadores Independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
 - vii. Fazer respeitar por parte de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes as diretivas do Coordenador de Segurança da Obra;
 - viii. Vincular os Subempreiteiros a assegurar a organização de um registo dos seus trabalhadores e de trabalhadores independentes por estes contratados nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

6 - Comunicação Prévia:

- a) No prazo de 5 (cinco) dias a contar da comunicação ao Empreiteiro da aprovação pelo Dono de Obra dos desenvolvimentos do PSS, o Empreiteiro deve apresentar ao Dono de Obra todos os elementos relacionados com a sua responsabilidade que sejam necessários à elaboração da Comunicação Prévia a remeter à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, não podendo iniciar a implantação do Estaleiro sem se ter certificado junto do Dono de Obra de que aquela Comunicação Prévia foi já remetida à Autoridade para as Condições do Trabalho.
- b) Tendo em vista a permanente atualização desta Comunicação Prévia a que o Dono de Obra é legalmente obrigada, o Empreiteiro obriga-se a:
 - i. Remeter ao Dono de Obra, até ao quinto dia de cada mês, uma lista atualizada dos Subempreiteiros presentes no estaleiro no mês anterior, com a respetiva identificação completa e a explicitação dos trabalhos em que irão intervir e do prazo previsto para esta intervenção;
 - ii. Remeter ao Dono de Obra, a todo o momento, informação sobre alterações de qualquer outro domínio contemplado na Comunicação Prévia para que tais alterações possam ser comunicadas à Autoridade para as Condições do Trabalho antes da sua concretização no estaleiro.
 - iii. O Empreiteiro obriga-se a manter afixada no estaleiro em local bem visível a Comunicação Prévia e suas atualizações.

7 - Avaliação das condições de segurança no estaleiro:

- a) O Empreiteiro obriga-se a realizar a avaliação das condições de segurança no estaleiro através de inspeções de segurança e auditorias de segurança realizadas com a periodicidade definida no PSS aprovado pelo Dono de Obra.
- b) O Empreiteiro obriga-se a garantir que as ações de avaliação das condições de segurança no estaleiro são devidamente registadas em formulário próprio, documentadas e incluídas no PSS aprovado pelo Dono de Obra e que para cada anomalia de segurança detetada são definidas medidas de segurança corretivas adequadas e é definido o seu prazo de implementação.
- c) O Empreiteiro obriga-se a apresentar mensalmente, durante a vigência do Contrato, um relatório circunstanciado sobre a implementação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho na obra de onde constem, nomeadamente, informações sobre os domínios seguintes: discriminação da documentação produzida no âmbito da segurança e saúde; reuniões sobre segurança e saúde efetuadas, incluindo em anexo as respetivas atas; quadro resumo de acidentes e índices de sinistralidade e sua análise, incluindo em anexo os relatórios de investigação de acidentes de trabalho eventualmente ocorridos; a avaliação das condições de segurança no estaleiro e as medidas segurança a implementar para melhoria do sistema em causa. O Dono de Obra ou o Coordenador de Segurança da Obra poderão em qualquer momento determinar alterações ao modelo de relatório com vista à inclusão de informação que considerem relevante para a avaliação das condições de segurança da obra.
- d) É responsabilidade do Empreiteiro manter em permanência no estaleiro da obra, em bom estado de organização, arrumação e atualização, os originais de todos os documentos do âmbito do Plano de Segurança e Saúde e do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.
- e) Todos estes documentos serão entregues pelo Empreiteiro ao Dono de Obra ou à Fiscalização no ato da receção provisória da obra. Essa entrega será feita em suporte de papel e informático.
- f) O Dono de Obra, o Coordenador de Segurança da Obra e a Fiscalização da Obra têm, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos acima referenciados, incluindo relatórios das auditorias efetuadas pelo Empreiteiro, podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em partes, em suporte de papel e/ou informático.
- g) O Dono de Obra ou as entidades por ela indicadas, podem proceder a auditorias ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde implementado pelo Empreiteiro, obrigando-se este a disponibilizar todos os meios solicitados, a participar ativamente nas ações respetivas e a corrigir as não conformidades detetadas no prazo de 11 (onze) dias, caso não venha a ser acordado outro prazo.
- h) O Empreiteiro obriga-se a proceder, por sua iniciativa ou de acordo com as orientações do Dono de Obra ou da Fiscalização, ao levantamento de todas as situações em que a realização dos trabalhos poderá de algum modo vir a afetar terceiros, nomeadamente, nas instalações e estruturas existentes na área de influência dos trabalhos.

8 - Recursos a afetar à segurança e saúde no trabalho:

- a) O Empreiteiro obriga-se a empregar todos os meios materiais e humanos necessários para uma efetiva e correta implementação das definições estabelecidas no Plano de Segurança e Saúde aprovado pelo Dono de Obra e neste Caderno de Encargos, considerando-se estes custos para todos os efeitos incluídos no preço da proposta. O Dono de Obra poderá exigir o reforço dos meios humanos bem como a aplicação de qualquer equipamento de proteção coletiva ou

individual ou de qualquer sistema de segurança que se revele necessário para a melhoria da segurança no trabalho.

- b) O Empreiteiro, de acordo com o disposto na presente cláusula, obriga-se a apresentar ao Dono de Obra os meios humanos que pretende afetar à gestão da segurança e saúde do trabalho no estaleiro e respetivos tempos de afetação com permanência no estaleiro.
- c) A substituição de qualquer meio humano afeto à gestão da segurança e saúde do trabalho no estaleiro só é permitida por outro que cumpra os requisitos definidos na presente cláusula, e mediante aprovação pelo Dono de Obra.

9 - Controlo da sinistralidade laboral:

- a) Sempre que ocorra um acidente grave ou mortal no local da realização dos trabalhos, ou que assuma particular gravidade na perspetiva da segurança do trabalho, o Empreiteiro será obrigado a fazer a devida comunicação imediata ao Dono de Obra, às autoridades, bem como à Fiscalização e à Coordenação de Segurança da Obra.
- b) O Empreiteiro será obrigado, ainda, a assegurar os serviços de primeiros socorros e de assistência médica a trabalhadores sinistrados, correndo os respetivos encargos por sua conta.
- c) O Empreiteiro apresentará, antes do início dos trabalhos, as apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal.
- d) Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão dos trabalhos.

10 - Outras Obrigações do Empreiteiro em matéria de Segurança e Saúde:

O Empreiteiro obriga-se ainda a:

- a) Assegurar a aplicação das medidas de segurança definidas no PSS por parte dos seus trabalhadores;
- b) Cumprir pontualmente as obrigações legais que para si impendem da qualidade de empregador (na acção prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- c) Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas;
- d) Organizar um registo de Subempreiteiros e de Trabalhadores independentes, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

11. Sinalização e Proteção dos Trabalhadores:

- a) O Empreiteiro obriga-se à utilização sistemática, por parte de todos os trabalhadores da obra, dos equipamentos de sinalização e proteção afetos à execução dos vários tipos de trabalhos, de acordo com o Plano de Segurança e de Saúde no estaleiro e com as disposições legais em vigor. Aqueles equipamentos deverão ser de modelos adequados às condições específicas de cada tipo de trabalho e, como tal, merecer a necessária aprovação da Fiscalização.
- b) Constitui encargo do Empreiteiro o fornecimento de todos os dispositivos de proteção e segurança que a natureza dos trabalhos a realizar impuser.
- c) Toda a sinalização de carácter temporário, quer da empreitada quer das obras, bem como todos os dispositivos de proteção do pessoal, constituem encargo da responsabilidade do Empreiteiro.
- d) Serão da inteira responsabilidade do Empreiteiro quaisquer prejuízos que a falta por deficiência da sinalização temporária possa ocasionar, quer à obra quer a terceiros.

SECÇÃO IV

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

CLÁUSULA 16.^a: CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 2 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.^a.
- 3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

CLÁUSULA 17.^a: ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

- 1 - Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
- 2 - Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
- 3 - No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
- 4 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 50.^o e 378.^o do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.
- 5 - A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.
- 6 - Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.
- 7 - O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os «trabalhos complementares e a menos» ou para a «responsabilidade por erros e omissões», consoante a referida alteração configure «trabalhos complementares ou a menos» ou «trabalhos de suprimento de erros e omissões».

CLÁUSULA 18.^a: MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES AO DONO DA OBRA

- 1 - Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou

demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2 - O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

CLÁUSULA 19.ª: APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1 - Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.

2 - Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.

4 - A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5 - Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

CLÁUSULA 20.ª: RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1 - Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.

2 - A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 - Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

CLÁUSULA 21.ª: EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1 - Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.

2 - No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 - Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

CLÁUSULA 22.ª: APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações,

as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

CLÁUSULA 23.ª: SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

1 - Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

- a) Sejam diferentes dos aprovados;
- b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 - As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 - Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

CLÁUSULA 24.ª: DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

CLÁUSULA 25.ª: ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO E DE OUTROS DOCUMENTOS

1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

3 - O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

4 - O empreiteiro suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados, mas não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões

6 - O empreiteiro suporta ainda metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo a que se refere o número anterior, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

CLÁUSULA 26.ª: ALTERAÇÕES AO PROJETO PROPOSTAS PELO EMPREITEIRO

1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

- 2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
- 3 - Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete.
- 4 - Se da alteração aprovada resultar economia, sem decréscimo da utilidade, duração e solidez da obra, o empreiteiro terá direito a metade do respetivo valor.

CLÁUSULA 27.ª: MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS

- 1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
- 2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
- 3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
- 4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

CLÁUSULA 28.ª: ENSAIOS

- 1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e projeto de execução, e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
- 2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
- 3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

CLÁUSULA 29.ª: MEDIÇÕES

- 1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra na presença da Fiscalização e do Diretor de Obra e são formalizadas em auto, observando-se no demais o previsto no artigo 388.º do CCP. O auto de medição será objeto de aprovação interna pelo Dono de Obra, para efeitos de processamento dos pagamentos a efetuar ao Empreiteiro, a qual notificará este último da liquidação do preço.
- 2 - As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao 8.º dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
- 3 - Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades [indicar outros critérios, se for o caso]:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas no projeto de execução;
- c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro;
- e) O auto de medição deverá ser elaborado sobre o ficheiro tipo em formato digital (Microsoft Office Excel) a aprovar previamente pela Fiscalização;
- f) A situação de trabalhos, erros de medição e situação provisória de trabalhos regem-se, prospectivamente, pelo disposto nos artigos 389.º a 391.º do CCP;
- g) Quando os erros de medição tiverem sido alegados por escrito pelo empreiteiro, mas não forem reconhecidos pela Fiscalização, poderá aquele reclamar, nos termos do artigo 345.º do CCP;
- h) Quando os erros de medição forem alegados pela Fiscalização, mas não forem reconhecidos pelo empreiteiro, far-se-á a correção no auto, de medição seguinte, podendo o empreiteiro reclamar dela nos termos do artigo 345º do CCP.

CLÁUSULA 30.ª: PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS

- 1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
- 2 - No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 3 - O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste caderno de encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o dono da obra não indique a existência de tais direitos.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que o diretor de fiscalização da obra, quando para tanto for consultado, o notificar, por escrito, de como deve proceder.

CLÁUSULA 31.ª: EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA OBRA

- 1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
- 2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.
- 3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.
- 4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

- a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra; e
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

SECÇÃO V

PESSOAL

CLÁUSULA 32.ª: OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1 - É da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, à aptidão profissional, condições de trabalho, organização do tempo de trabalho, disciplina, nacionalidade e idade, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva aplicável, incluindo, relativa aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, ressaltando-se os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência em caso de doença ou acidente de trabalho, competindo-lhe, ainda, assegurar a identificação de todo o pessoal em obra, efetuando o respetivo controlo de acesso.
- 2 - O Empreiteiro é o único responsável perante o Dono de Obra, pelos atrasos verificados na obra, em consequência nomeadamente de sanções aplicadas por organismos oficiais ou outras entidades competentes, por falta de cumprimento das disposições aplicáveis.
- 3 - O Empreiteiro deve estabelecer um sistema de prevenção e controlo da alcoolémia e uso de estupefacientes que garanta o envolvimento de todos os trabalhadores em obra.
- 4 - O Empreiteiro é obrigado a manter a boa ordem no local dos trabalhos, nos termos do disposto no artigo 346.º do Código dos Contratos Públicos, e a retirar desse local, sempre que seja ordenado pelo Dono de Obra ou pelo Diretor de Fiscalização, o pessoal que haja desrespeitado os agentes do Dono da Obra, provoque indisciplina ou seja menos probo no desempenho dos seus deveres.
- 5 - A ordem referida no ponto 4 desta cláusula deverá ser fundamentada por escrito quando o Empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
- 6 - O Empreiteiro será obrigado a assegurar a conformidade da contratação de pessoal com o disposto na legislação aplicável, nomeadamente no que respeita às regras vigentes sobre contratação de estrangeiros e inscrição na segurança social, correndo por sua conta todos os encargos de natureza social.

CLÁUSULA 33.ª: HORÁRIO DE TRABALHO

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra, para análise e aprovação.

CLÁUSULA 34.ª: SISTEMA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

- 1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro, e sem prejuízo do direito de resolução do contrato pelo Dono de Obra nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 405.º do Código dos Contratos Públicos.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 44.ª.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA

CLÁUSULA 35.ª: PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base do concurso, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do contrato.

2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 29.ª

3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias de calendário, a contar da data da aprovação do auto de medição pelo diretor da fiscalização da obra e pelo dono de obra.

4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.

6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 - O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

8 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

CLÁUSULA 36.ª: MORA NO PAGAMENTO

- 1 - Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais serão obrigatoriamente abonados ao empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidirão sobre a totalidade da dívida.
- 2 - O pagamento dos juros de mora referidos no número anterior deverá ser efetuado pelo dono da obra no prazo de 15 dias a contar da data em que tenham ocorrido o pagamento dos trabalhos, as revisões ou acertos que lhes deram origem.

CLÁUSULA 37.ª: REVISÃO DE PREÇOS

- 1 – Fórmula de revisão de preços a considerar para esta empreitada é a **F07 – Reabilitação profunda de edifícios**, conforme o nº 3 do Despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 8 de janeiro.
- 2 - Só poderá haver lugar à revisão de preços caso a variação seja superior a 1%.

SECÇÃO V

SEGUROS

CLÁUSULA 38.ª: CONTRATOS DE SEGURO

- 1 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exhibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.
- 2 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 3 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
- 4 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 5 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.
- 6 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.
- 7 - O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

CLÁUSULA 39.ª: OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO

- 1 - Para além dos seguros obrigatórios nos termos da legislação em vigor, o Empreiteiro e os seus subempreiteiros, montadores e tarefeiros deverão celebrar e manter em vigor, sem qualquer encargo para o dono da obra, os seguros a seguir indicados, válidos até ao fim do período de garantia, dos quais entregará

cópia das respetivas apólices de seguro, no prazo de 5 dias úteis após a celebração do Contrato da Empreitada.

2 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

3 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, conforme legislação em vigor, mas com o capital de 50.000.000,00€, cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

4 - O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

5 - No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

6 - O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 4 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

7 - O Empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas nesta cláusula e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio no prazo de 5 dias úteis após a celebração do Contrato da Empreitada.

8 - O Empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas nesta cláusula até ao final do período de garantia da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

9 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices relativas aos seguros referidos nos números anteriores, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

10 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias a que se referem os números anteriores e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada. As apólices dos seguros não podem ser anuladas, modificados nem restringidos, nas suas condições, sem o prévio e expresso acordo do dono da obra.

11 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei, designadamente, a existência dos seguros indicados não exime o empreiteiro da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos relativos aos sinistros por que seja responsável.

12 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

13 - O empreiteiro é responsável, perante o dono da obra, pelos seguros previstos neste número cuja celebração e manutenção seja devida aos seus subempreiteiros, montadores e/ou tarefeiros, e /ou fornecedores.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 40.^a: REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO

- 1 - Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2- O diretor de obra, deverá acompanhar a obra em permanência no local e exclusividade, podendo ser substituído apenas nos casos indicados no ponto 8 da presente cláusula.
- 3 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima de acordo com o definido na cláusula 54.^a.
- 4 - Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, nos termos do artigo 344.º do CCP, demonstrando a sua qualificação técnica, para os efeitos previstos do ponto 2 da presente cláusula. O diretor de obra representa o empreiteiro e assegura o acompanhamento técnico da empreitada. A indicação do diretor de obra será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 5 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 6 - O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor da fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 7 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.
- 8 - Na ausência ou impedimento do diretor de obra, nos casos em que a obrigação de permanência em obra do diretor de obra colida com o disposto na legislação laboral aplicável, deverá o empreiteiro indicar atempadamente os seus substitutos para os períodos em questão, os quais deverão ser previamente aceites pelo dono de obra, devendo estar habilitado para o efeito e com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 9 - Para além dos casos previstos no ponto 7 da presente cláusula, apenas serão permitidas substituições temporárias do diretor de obra, caso se verifique justo impedimento do mesmo em assegurar a permanência na obra, o qual deverá, em todo o caso, ser devidamente comprovado junto do dono da obra.
- 10 - Em qualquer dos casos de substituição do Diretor de Obra previstos anteriormente, este apenas poderá ser substituído por elemento de maior ou igual qualificação e após prévia aceitação do dono de obra.
- 11 - Sempre que este caderno de encargos exija a indicação de outros técnicos que intervenham na execução dos trabalhos, o empreiteiro entregará à fiscalização, no mesmo prazo estabelecido no ponto 3 da presente cláusula, documento escrito indicando precisamente o nome, a qualificação, as funções e as atribuições de cada técnico e a sua posição no organograma da obra.
- 12 - O empreiteiro deve designar um técnico responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.^a, exige-se que este técnico tenha qualificação mínima de acordo com o definido na cláusula 54.^a.
- 13 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação ambiental, nomeadamente aplicável em matéria de aplicação do sistema de gestão ambiental, do plano de gestão

ambiental e do plano de gestão de resíduos da construção e demolição. Exige-se que este técnico tenha qualificação mínima de acordo com o definido na cláusula 54.ª.

CLÁUSULA 41.ª: REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA

1 - Durante a execução do contrato o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, ou nas suas ausências, por quem este último designar, mediante prévia aceitação do dono da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial. Será dada também indicação da empresa a que o mesmo pertence e dos elementos que designe para a fiscalização local dos trabalhos, bem como do(s) substituto(s) do diretor de fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto na parte final do ponto 4 da cláusula 4.

3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.

4 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1 da presente cláusula, em cada frente de trabalho, o empreiteiro deverá acatar as instruções de execução que lhe sejam transmitidas pelo(s) elemento(s) afeto(s) à fiscalização presente(s) naquele local.

5 - Para realização das suas atribuições, o Diretor da Fiscalização dará ordens ao Diretor de Obra, far-lhe-á avisos e notificações, procederá às verificações e medições e praticará todos os demais atos necessários.

6 - Os atos referidos no número anterior só poderão provar-se, contra ou a favor do empreiteiro, mediante comunicação escrita, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 468.º do CCP.

7 - A fiscalização deverá processar-se sempre de modo a não perturbar o andamento normal dos trabalhos e sem diminuir a iniciativa e correlativa responsabilidade do empreiteiro.

8 - A obra e o Empreiteiro ficam também sujeitos à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades, obrigando-se o empreiteiro a comunicar de imediato e por escrito ao diretor de fiscalização da obra todas as ordens dadas e todas as notificações que lhe forem feitas e que possam influir no normal desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA 42.ª: LIVRO DE REGISTO DA OBRA

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

a) Todos os considerados relevantes pela fiscalização ou pelo empreiteiro e sempre os que se refiram a ocasiões ou trabalhos determinantes ou que tenham consequências prévias para o êxito de outros.;

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos. Será rubricado pelo diretor da fiscalização e pelo diretor de obra em todos os acontecimentos nele registados.

4 - Efetuada a receção definitiva, o livro de registos, passará para a posse do dono de obra, sem prejuízo de poder ser consultado, a todo o momento, pelo empreiteiro.

CAPÍTULO V

RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

CLÁUSULA 43.ª: RECEÇÃO PROVISÓRIA

- 1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
- 2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
- 3 - O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

CLÁUSULA 44.ª: PRAZO DE GARANTIA

- 1 - O prazo de garantia varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 3 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
- 2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.
- 3 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.
- 4 - Se, quanto aos bens referidos na alínea c) do número 1 da presente cláusula, o empreiteiro beneficiar de prazo de garantia superior ao previsto neste preceito face aos terceiros a quem os tenha adquirido, é esse o prazo de garantia a que fica vinculado.

CLÁUSULA 45.ª: RECEÇÃO DEFINITIVA

- 1 - No final de cada um dos prazos de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
- 2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
- 3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
 - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
- 4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

5 - São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

CLÁUSULA 46.ª: RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO

1 - Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 - Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do artigo 295º do CCP.

3 - No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

4 - Decorrido o prazo fixado para a liberação da caução sem que esta tenha ocorrido, o empreiteiro pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o dono da obra não tiver cumprido a referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP.

5 - A mora na liberação, total ou parcial, da caução confere ao empreiteiro o direito de indemnização, designadamente pelos custos adicionais por este incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

6 - Nos casos em que a caução tenha sido prestada por depósito em dinheiro ou o reforço da garantia tenha sido efetuado em numerário, o empreiteiro terá direito a exigir juros de mora calculados desde a data em que o dono da obra deveria ter restituído as quantias retidas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 47.ª: DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA, SIGILO E INFORMAÇÃO

1 - As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

2 - Pelo menos com periodicidade mensal, serão realizadas reuniões de obra para acompanhamento dos trabalhos, com a presença obrigatória do diretor de obra, o qual deverá encontrar-se na posse de toda a informação necessária aos assuntos a tratar nas referidas reuniões.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 2 da presente cláusula quando o dono de obra o entender, poderá exigir a realização de reuniões específicas, vocacionadas para determinada especialidade, no âmbito do acompanhamento da empreitada. Nestas reuniões, o dono de obra poderá exigir a comparência de um qualquer elemento afeto ao empreiteiro, ou por si subcontratado, no âmbito da especialidade em causa.

4 - O adjudicatário obriga-se a respeitar e manter o sigilo a informação, documentação e todos os dados, assim como garantir que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade.

5 - O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da Município da Louçã, nos termos legalmente previstos na

Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, relativa à proteção de dados pessoais e Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.

CLÁUSULA 48.ª: SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1 - O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 - O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato. A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

CLÁUSULA 49.ª: RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO DONO DA OBRA

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

CLÁUSULA 50.ª: RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO EMPREITEIRO

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20 % do preço contratual;

i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20 % do preço contratual.

2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 51.ª: FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 52.ª: COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 53.ª: CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

CLÁUSULA 54.ª: REQUISITOS MÍNIMOS DO PESSOAL AFETO À OBRA

1 - Diretor de Obra: O empreiteiro deverá manter em permanência na obra um técnico que será designado de diretor de obra, responsável pela direção e acompanhamento da empreitada. Este deverá possuir formação em Engenharia Civil (cumprindo os ciclos de licenciatura e mestrado, no caso de o grau ter sido conferido ao abrigo de organização de estudos estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual), as qualificações profissionais mínimas legalmente exigíveis, nomeadamente de acordo com a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a Portaria n.º 1379/2009 de 30 de Outubro, nas suas redações atuais, e com a inscrição em vigor na Ordem dos Engenheiros ou na Ordem dos Engenheiros Técnicos, atendendo à tipologia e categorias específicas das obras a executar; O tipo de afetação com permanência em obra será de 100%.

2 - Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho: O empreiteiro deverá designar um responsável pela segurança e saúde do trabalho na obra. Exige-se, a este técnico, formação superior específica em matéria de segurança e saúde no trabalho com Certificado de Aptidão Profissional como Técnico Superior de Segurança e Higiene no Trabalho, nos termos do disposto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, da Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto, nomeadamente no artigo 3.º, e Portaria n.º 384/2012, de 26 de novembro, nas suas redações atuais; O tempo de afetação com permanência em obra será de 100%.

3 - Acompanhamento e Implementação do Sistema de Gestão Ambiental da obra: O empreiteiro deverá definir, para a obra, uma equipa responsável pelo acompanhamento e implementação do Sistema de Gestão Ambiental e trabalhos arqueológicas, cuja constituição deverá respeitar no mínimo o seguinte:

- a) Responsável pelo acompanhamento e implementação do sistema de gestão ambiental, o qual deve ser licenciado em Engenharia ou na área das Ciências Naturais (cumprindo os ciclos de licenciatura e mestrado, no caso de o grau ter sido conferido ao abrigo de organização de estudos ao abrigo do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março na sua redação atual), com formação específica em Sistemas de Gestão Ambiental, segundo a norma NP EN ISO 14001; O tempo de afetação com permanência no contrato será igual ou superior a 100%.

4 - Responsável pelos trabalhos arqueológicos na obra - Não aplicável.

5 - Acompanhamento e Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade da obra: É da responsabilidade do adjudicatário a constituição de uma equipa de Gestão da Qualidade para a empreitada, que terá um responsável pelo Sistema de Gestão de Qualidade da Obra:

- a) Deve ser um técnico com formação em engenharia (cumprindo os ciclos de licenciatura e mestrado no caso de cursos pós vigência do Protocolo de Bolonha), com formação específica em Sistemas de Gestão da Qualidade/ISO 9001 e ter experiência comprovada na função de gestor da qualidade em obra de no mínimo de 5 anos; O tempo de afetação com permanência em obra será igual ou superior a 100%

6 - Equipa de Produção e restante equipa de gestão: A equipa de produção e restante equipa de gestão não definidas nestes requisitos mínimos, será definida pelo empreiteiro, em Plano de Mão de Obra a submeter à fiscalização juntamente com Plano de Trabalhos, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos.

CLÁUSULA 55.ª: CUSTOS DA FISCALIZAÇÃO

1 - Quando o Empreiteiro, por sua iniciativa e sem que tal se encontre previsto neste Caderno de Encargos ou resulte de caso de força maior, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, será de sua responsabilidade o pagamento dos acréscimos decorrentes, nomeadamente com o custo das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da Fiscalização.

2 - Constitui horas regulamentares de serviço a prestar pelos representantes da Fiscalização o período de oito horas diárias, com início às oito horas e conclusão às dezassete horas, e que é interrompido por um intervalo destinado à refeição com a duração de uma hora.

3 - Será presente ao Empreiteiro, pelo Diretor da Fiscalização, no final de cada mês, uma folha de registo das horas suplementares de serviço prestadas que será visada e rubricada pelo Empreiteiro, para processamento na Município da Lousã, e posterior débito ao Empreiteiro.

CLÁUSULA 56.ª: TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS

1 - O Empreiteiro é obrigado a realizar, à sua custa, todos os trabalhos que, por natureza, exigência legal ou segundo o uso corrente, devam considerar-se preparatórios ou acessórios à execução da obra, nos termos dos artigos 349.º e 350.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Entre os trabalhos a que se refere o ponto 1 da presente cláusula e para além dos previstos nos artigos 349.º e 350.º do Código dos Contratos Públicos, compreendem-se, nomeadamente, salvo determinação expressa em contrário e prevista no caderno de encargos, os seguintes:

- a) A montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) A manutenção do estaleiro;
- c) A construção de obras de carácter provisório destinadas a proporcionar o acesso ao estaleiro e aos locais de trabalho, a garantir a segurança das pessoas empregadas, incluindo o pessoal dos Subempreiteiros, na obra e do público em geral, a evitar danos nos prédios vizinhos e a satisfazer os regulamentos de segurança e de polícia das vias públicas;
- d) O restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos previstos no contrato;
- e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações e cuja existência se encontre ou não assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização do concurso;
- f) O transporte e encaminhamento dos produtos de escavação, demolição e resíduos de construção para destino autorizado, sendo estes avaliados e validados no contexto do Sistema de Gestão/Acompanhamento Ambiental a implementar e observando, em todo o caso, as disposições legais em vigor em matéria de gestão de resíduos;
- g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem dos trabalhos a executar;
- h) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem ou não previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo empreiteiro quanto à sua existência e quantidade à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de valas, de cursos de água ou outras;
- i) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo dono da obra ao Empreiteiro com vista à execução da empreitada;
- j) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais;
- l) O estabelecimento da sinalização rodoviária regulamentar nas vias pela obra e a colocar pré-avisos em cruzamentos das que lhe são concorrentes;
- m) A submissão à aprovação das entidades competentes todos os desvios de trânsito rodoviário que venham a ser considerados necessários durante o decorrer dos trabalhos.

3 - O estaleiro e as instalações provisórias obedecerão ao que se encontre estabelecido neste caderno de encargos e da legislação e regulamentação em vigor, devendo o respetivo estudo ou projeto ser previamente apresentado ao dono da obra para verificação dessa conformidade.

4- A limpeza do estaleiro, em particular no que se refere às instalações e aos locais de trabalho e de estada do pessoal, deverá ser organizada de acordo com o que lhe for aplicável da regulamentação das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado na obra.

5 - A fiscalização poderá exigir que sejam submetidos à sua aprovação os sinais e avisos a colocar no estaleiro da obra, excetuando a identificação pública nos termos legais.

6 - O Empreiteiro obriga-se a providenciar a iluminação adequada das zonas de trabalho, bem como a vigilância, sinalização e a vedação das obras e vedação luminosa das vias com trabalhos em curso e dos acampamentos.

CLÁUSULA 57.ª: LOCAIS E INSTALAÇÕES CEDIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTALEIRO

1 - Os locais e as instalações que o Dono da Obra ponha à disposição do Empreiteiro devem ser exclusivamente destinados à implantação e exploração do estaleiro relativo à execução dos trabalhos.

2 - Tendo em conta que os estaleiros se localizam em zona urbana, para além da implementação em obra de todas as intervenções mitigadoras dos impactes negativos dos **documentos Ambientais do PMO do SMM**, que integram este caderno de encargos, serão também tomadas todas as precauções necessárias para reduzir ao máximo os impactes no ruído, bem como na interferência com o quotidiano da população local, nomeadamente:

a) Vedações opacas dos estaleiros, com uma altura mínima de 2,5 m, constituídas por material que possua características de absorção acústica na face que ficar voltada para o interior do estaleiro; caso se justifique, deve ainda ocorrer a insonorização e isolamento das áreas onde seja utilizada maquinaria de apoio à obra que gere ruído;

b) Limitação da utilização das ruas pelos equipamentos afetos à obra dentro do possível;

c) Garantia de que os percursos rodoviários a utilizar respeitarão as indicações referidas nas placas de sinalização;

d) Garantia de que as áreas de estaleiro serão equipadas com um pavimento adequado às cargas e descargas circulantes e com um sistema de lavagem dos rodados à saída de todas as áreas de escavações e aterros.

3 - Se o empreiteiro entender que os locais e as instalações referidos não reúnem os requisitos indispensáveis para a implantação e exploração do seu estaleiro, será da sua iniciativa e responsabilidade a ocupação de outros locais e a utilização de outras instalações que para o efeito considere necessários.

4 - O empreiteiro não poderá, sem autorização do dono da obra, realizar qualquer trabalho que modifique as instalações cedidas pelo dono da obra e, se tal lhe for expressamente exigido neste caderno de encargos, será obrigado a repô-las nas condições iniciais uma vez concluída a execução da empreitada.

CLÁUSULA 58.ª: INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

1 - As instalações provisórias destinadas ao funcionamento dos serviços exigidos pela execução da empreitada devem obedecer ao previsto no caderno de encargos, nomeadamente nas duas cláusulas anteriores e ser submetidas à aprovação do diretor da fiscalização.

2 – Deverão ser previstos escritórios para o Dono de Obra / Fiscalização e para o Adjudicatário mediante a montagem, manutenção e desmontagem de contentores escritórios monoblocos pré-fabricados.

3 – Os escritórios destinados ao Dono de Obra / Fiscalização deverão ter uma área mínima de 50 m² para gabinetes e uma sala de reuniões com uma área mínima de 30m², equipada com monitor para projeção

de 50 polegadas. Deverão estar equipados com instalações sanitárias, mobiliário e todos as condições e equipamentos, para albergar no mínimo 9 pessoas em permanência e sala de reuniões com capacidade para 10 pessoas, no mínimo. Para além disso, todos os compartimentos terão luz natural, iluminação elétrica e tomadas de alimentação, equipamentos de ar condicionado e telefone. Deverá ser assegurada a existência de ligação à internet em todos os compartimentos principais. O adjudicatário disponibilizará ainda uma máquina de fotocópias e competir-lhe-á também garantir a sua funcionalidade, fornecendo para o efeito todo o material de escritório e consumíveis, para além de assegurar a sua manutenção e limpeza, e a guarda permanente de todos os bens, à qual será associado ainda um seguro contra roubos e incêndios.

Além das identificações previstas por Lei para Estaleiros de obras, o Adjudicatário deverá ainda fornecer, montar e desmontar duas Placas identificativas da empreitada, em chapa metálica com 2.50 x 2.50m, fixa por tubulares metálicos, contendo as informações a definir pelo Dono de Obra.

5 - Aquela autorização não dispensará o empreiteiro de tomar as medidas adequadas a evitar a danificação da parte da obra utilizada.

CLÁUSULA 59.ª: REDES DE ÁGUA, DE ESGOTOS, DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE ENERGIA ELÉTRICA

1 - O empreiteiro deverá construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de recolha e encaminhamento de resíduos e de energia elétrica definidas neste Caderno de Encargos ou no projeto ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.

2 - Salvo indicação em contrário deste caderno de encargos, a manutenção e a exploração das redes referidas em 1, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são de conta do empreiteiro, por inclusão dos respetivos encargos nos preços da sua proposta.

3 - Sempre que na obra se utilize água não potável, deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição «Água imprópria para beber».

4 - As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável da regulamentação em vigor.

CLÁUSULA 60.ª: EQUIPAMENTO

1 - Constitui encargo do empreiteiro, salvo estipulação em contrário deste Caderno de Encargos, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, andaimes e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.

2 - O equipamento a que se refere o número 1 deve satisfazer, quer quanto às suas características quer quanto ao seu funcionamento, ao estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.

CLÁUSULA 61.ª: OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

1 – Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão por conta do Adjudicatário, que se considerará, para o efeito, o único responsável:

a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao adjudicatário e que resultem ou não da própria natureza ou conceção dos trabalhos, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação da equipa do adjudicatário ou dos seus subcontratados e fornecedores, e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

d) As indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares, e/ou via pública, necessários à execução dos trabalhos;

- e) A manutenção, reparação, limpeza incluindo lavagem de rodados e arruamentos de todas as vias de comunicação públicas que hajam sido afetadas em consequência dos trabalhos de demolição, construção das obras complementares, ou transportes de que é adjudicatário;
- f) A manutenção e reparação de todas as vias de comunicação públicas ou privadas que hajam sido comprovadamente afetadas em consequência dos trabalhos ou da circulação de máquinas ou de veículos com transportes de materiais para fornecimentos da obra, incluindo subempreiteiros ou fornecedores da mesma;
- g) Todas as operações de limpeza final da obra, bem como as de limpeza de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego da obra durante a execução dos trabalhos.

2 – O adjudicatário aceitará no presente procedimento que a adjudicação da empreitada de obras públicas em questão, ficará condicionada e ocorrerá, só em caso de obtenção por parte do Dono de Obra, da aprovação e contratualização da Candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Aviso nº 01/C06-i09/2023, que habilite o Dono de Obra em termos financeiros, à execução da mesma.

CLÁUSULA 62.ª: TELAS FINAIS

1 -É da responsabilidade do Empreiteiro fornecer ao Dono de Obra, antes da realização da Receção Provisória, designadamente, os seguintes elementos relativos à obra executada, tendo em vista a elaboração da compilação técnica:

- a) Informações técnicas relativas ao projeto geral e aos projetos das diversas especialidades, incluindo memórias descritivas, projeto de execução e telas finais, que refiram os aspetos estruturais, as redes técnicas e os sistemas e materiais utilizados que sejam relevantes para a prevenção de riscos profissionais;
- b) Informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção;
- c) Informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais de obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos;
- d) A elaboração dos desenhos, pormenores e peças desenhadas do projeto bem como as correspondentes a alterações surgidas no decorrer da obra e aprovadas pelo Dono de Obra;
- e) A entrega ao Dono de Obra, de uma coleção atualizada de todos os desenhos, devidamente assinados pelos responsáveis do Empreiteiro, Fiscalização e Dono de Obra (sendo os dois últimos casos aplicáveis atendendo ao serviço contratado).

2 - A aprovação pelo Dono de Obra / Fiscalização das telas finais constituirá condição necessária para a efetivação da Receção Provisória dos Trabalhos.

3 - Formatação dos documentos a entregar pelo empreiteiro:

3.1 O Empreiteiro entregará 2 (duas) cópia das peças escritas e desenhadas (em papel opaco) e 3 (três) coleções em formato reproduzível, em CD de arquivo, das peças desenhadas, em todas as fases, submetidas à aprovação do Dono de Obra.

3.2 No caso da documentação técnica, além dos documentos em formato eletrónico, deve ainda ser entregue o ficheiro Excel “Carregamento Documentos vxx.xls” (preenchido de acordo com as regras em vigência) desenvolvido para o efeito, devidamente preenchido, de forma a cadastrar todas as Peças desenhadas e escritas do projeto. No caso de Peças desenhadas (desenhos de projetos ou telas finais) devem ser entregues de acordo com os Templates definidos, e que incluem legendas predefinidas pelo Dono de Obra.

3.3 Todas as Peças escritas devem ser entregues em formato eletrónico PDF, garantindo sempre que cada ficheiro corresponde à versão do documento impresso entregue. A entrega do ficheiro no software original é opcional (ex.: Word, Excel, PowerPoint, etc.).

3.4 Todas as Peças desenhadas devem ser entregues em formato eletrónico, de acordo com a norma a fornecer pelo Dono de Obras, de acordo com as seguintes regras:

- i) Em AutoCad, numa versão igual ou superior ao AutoCad2008, cuja legenda deve ser mantida. A altura dos desenhos não deve ser alterada. Os campos da legenda correspondentes ao Número, Folha, Versão, Verificou, Responsável pela Especialidade, Diretor e Data Aprovação do Diretor são atributos integrados num bloco que não pode ser alterado, nem integrado em outro bloco. Caso estes campos estejam assinalados com "XXXXX", este valor deve ser substituído por espaço em branco;
- ii) Ficheiro ZIP produzido através da opção do AutoCad "eTransmit" que contém todos os ficheiros necessários para "recriar" o desenho (ex. DWG, fontes, canetas, referências externas, etc) à posteriori;
- iii) No caso de ficheiros que representam uma única Peça desenhada: um único ficheiro AutoCad por Peça desenhada com o ZIP produzido pelo "eTransmit". Corresponde no Excel a uma única linha, com pelo menos três ficheiros, DWG, DWF e ZIP ("eTransmit");
- iv) No caso de ficheiros DWG que representam mais do que uma Peça desenhada: um único ficheiro DWF produzido a partir de um DWG complexo (ficheiro com referências externas ou com mais do que um desenho representado), que deve ser uma correspondência fiel do desenho final impresso, correspondendo, desta forma, um ficheiro DWF a uma Peça desenhada, e a um registo no ficheiro Excel (linha);

3.5 O ficheiro ZIP produzido pelo "eTransmit" do ficheiro DWG complexo deve corresponder a um outro registo na folha de Excel (linha), com a indicação no texto longo dos números dos ficheiros DWF dos Projetistas, produzidos a partir deste.

CLÁUSULA 63.ª: CAUÇÃO

É exigida a prestação de caução de 5% do valor contratual.

CLÁUSULA 64.ª: REGIME APLICÁVEL

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos é omissa aplica-se o regime constante da Parte III do CCP, designadamente os seus artigos 278.º a 335.º e 343.º a 406.º, e a restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, alvarás, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, ambiente, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.

ANEXO I

Plano de Gestão de Qualidade Tipo (PGQ – tipo)

1. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA EMPREITADA		3. <u>PGQ</u>
2. <i>Assessoria e Fiscalização da Empreitada</i>		
DONO DA OBRA:	Município da Lousã	4. Rev. xx
EMPREITADA:	Reabilitação da Escola Básica N.º 2 da Lousã	
5. <u>MÊS/ANO</u>		
TÍTULO: PLANO DE GESTÃO DA QUALIDADE		
Elaborado por: _____		Data: ____/____/____
Verificado por: _____		Data: ____/____/____
Aprovado por: _____		Data: ____/____/____

Histórico de Revisões

Revisão	Data de Emissão	Descrição das Revisões
xx	Mês / Ano	...

1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviços de assessoria e fiscalização deverá ser especificado no Plano de Gestão da Qualidade (PGQ).

O PGQ deverá ser elaborado de acordo com as orientações contidas na NP ISO 10005 – Linhas de Orientação para Planos da Qualidade, que se encontra em vigor. O PGQ deverá evidenciar como irá operar o Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviço de assessoria e fiscalização na obra em causa e a sua conformidade com a norma NP EN ISO 9001 – Requisitos para Sistema de Gestão da Qualidade, que se encontra em vigor.

A correspondência existente entre as cláusulas da norma NP EN ISO 9001 e os procedimentos / processos da Qualidade para a assessoria e fiscalização em causa deverá ser evidenciada através de um quadro de correspondências a anexar a este documento.

O PGQ deverá mencionar a estrutura organizacional (Organograma e Lista de Assinaturas e a descrição das respetivas responsabilidades funcionais dos colaboradores da assessoria e fiscalização afetos na empreitada, bem como anexar os respetivos curriculum vitae.

Deverá também descrever a forma de assegurar a interface com a Dono da Obra e o Empreiteiro.

2. REVISÃO E APROVAÇÃO

Deverá ser definido a quem compete a revisão e aprovação (neste caso trata-se da aprovação no seio da equipa de Fiscalização) do PGQ antes da sua emissão.

3. PROCEDIMENTO DE REVISÃO

Descrever o método e a periodicidade de revisão do PGQ, bem como identificar os inputs e os outputs para a sua revisão. Os resultados desta revisão deverão ser registados em acta.

4. CAMPO DE APLICAÇÃO

Deverá ser definido o âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade da Assessoria e Fiscalização, nomeadamente identificando a obra objeto. Deverão ser identificadas as atividades a executar.

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

a. Requisitos Gerais

Deverão ser identificados os processos e respetivas interações inerentes à prestação de serviços de Assessoria e Fiscalização

Cada processo deverá ser caracterizado da seguinte forma:

- Finalidade/missão do processo;
- Entradas; atividades; saídas;
- Documentos associados (procedimentos ou Instruções de trabalho).

Deverá descrever o método para assegurar a disponibilidade de recursos e informação com vista a suportar a operação e monitorização dos processos.

b. Requisitos da Documentação

Referir quais os documentos e registos do Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização que estarão sujeitos a controlo e que são necessários para assegurar o planeamento, operação e controlo eficazes dos processos.

É obrigatório que o Adjudicatário cumpra o estipulado no caderno de encargos (requisitos legais, normativos, etc.) e demais documentação objeto do concurso.

c. Controlo dos Documentos

Além dos requisitos gerais inerentes a este item, deverá ser mencionado qual o procedimento documentado que rege o controlo dos documentos. Este procedimento deverá ser anexado ao PGQ.

d. Controlo dos Registos

Além dos requisitos gerais inerentes a este item, deverá ser mencionado qual o procedimento documentado que rege o controlo dos registos. Este procedimento deverá ser anexado ao PGQ.

6. RESPONSABILIDADES DA GESTÃO

Deverá ser mencionado qual o comprometimento da gestão de topo do Adjudicatário no desenvolvimento, implementação e melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviços de Assessoria e Fiscalização.

Além deste requisito, este item deverá referir:

- A focalização no cliente (Dono da Obra);
- A Política da Qualidade apropriada ao âmbito da prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização;
- Definição de objetivos específicos da prestação de serviços e da sua monitorização necessários ao cumprimento dos requisitos definidos pelo Dono da Obra no âmbito da prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização;
- O planeamento da qualidade para a prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização;
- A responsabilidade e autoridade;
- A comunicação e articulação com as entidades intervenientes (Dono da Obra, Entidades Externas, etc.).

7. GESTÃO DE RECURSOS

Neste capítulo deverá incluir-se a provisão de recursos (humanos e materiais), a competência, consciencialização e gestão da formação a todos os níveis do pessoal envolvido nos processos previstos no ponto 5.1.

Deverá ser apresentado o organigrama da equipa afeta à prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização e efetuada a descrição das funções nele inscritas.

8. REALIZAÇÃO DO PRODUTO

Deverá ser elaborado um texto introdutório identificando o produto/serviço objeto do Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviço de Assessoria e Fiscalização.

8.1. Planeamento da Realização do Produto

Apresentar o planeamento da realização do produto/serviço, identificar os requisitos do produto/serviço, determinar as atividades requeridas de verificação, validação, monitorização e os critérios de aceitação respetivos e como se pretende assegurar o seu cumprimento.

8.2. Processos Relacionados com o Cliente

Identificar os processos relacionados com o cliente (Dono da Obra), nomeadamente a comunicação e métodos para tratamento das reclamações.

8.3. Análise do Projeto e Controlo das Alterações

Deverá ser descrito com é feita a análise do Projeto na perspetiva da Qualidade com vista à deteção de eventuais deficiências/lacunas, nomeadamente a compatibilização entre as várias especialidades, que afetam o desenvolvimento dos trabalhos em obra bem como o controlo das alterações de projeto em obra.

No âmbito da prestação de serviços de assessoria e fiscalização, o Adjudicatário deverá descrever o método para assegurar o controlo das alterações de projeto em obra em articulação com o empreiteiro e o Dono da Obra.

8.4. Compras (quando aplicável)

Descrever os requisitos inerentes e como se pretende assegurar o seu cumprimento.

Deverá incluir:

- Processo de compra;
- Informação/documentos de compra;
- Verificação do produto comprado.
- Método para seleção e avaliação de fornecedores (outros prestadores de serviços, fornecedores de bens, materiais e equipamentos).

8.5. Produção e Fornecimento do Serviço

Descrever os requisitos inerentes e como se pretende assegurar o seu cumprimento. Deverá ser descrito como a Fiscalização procede quanto à validação prévia de equipamentos e subempreiteiros.

8.6. Controlo dos Equipamentos de Medição e Monitorização (quando aplicável)

Identificar os equipamentos de medição e monitorização (EMM, incluindo os utilizados pelos empreiteiro e subempreiteiros), descrever os requisitos inerentes e como se pretende assegurar o seu cumprimento, nomeadamente quanto às calibrações dos EMM.

9. MEDIÇÃO, ANÁLISE E MELHORIA

9.1. Monitorização e Medição

Deverá incluir a avaliação da satisfação do cliente, auditoria interna (Adjudicatário) e externa (ao empreiteiro), medição e monitorização dos processos (indicados no ponto 5.1) e do produto/serviço.

Quanto à auditoria interna, deverá ser referido qual o procedimento documentado existente e aplicável, o qual deverá ser anexado ao Plano de Gestão da Qualidade.

9.2. Controlo do Produto Não Conforme

Deverá ser mencionado o procedimento documentado existente para este requisito, incluindo o método para análise e tratamento das não conformidades (ações de correção). Este procedimento deverá ser anexado ao PGQ.

9.3. Análise de Dados

Deverá ser indicado como o Adjudicatário determina, recolhe e analisa os dados (monitorização e medição, satisfação do cliente, conformidade com os requisitos do produto, características e tendências dos processos e produtos) apropriados para demonstrar a adequação, eficácia/eficiência e melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização.

Deverá ser descrito o método para assegurar a elaboração de relatórios mensais (ou outra periodicidade a definir) para avaliar o desempenho e progresso do Sistema de Gestão da Qualidade da prestação de serviços da Assessoria e Fiscalização ao longo do período de vigência do contrato.

9.4. Melhoria

Deverá referenciar método para desencadear ações de melhoria, as ações corretivas e as ações preventivas.

Quanto às ações corretivas e preventivas deverá ser mencionado qual o procedimento documentado existente. Este procedimento deverá ser anexado ao PGQ.

ANEXO II

Estrutura Tipo do Plano de Gestão Ambiental

Os capítulos mínimos a desenvolver e respetivos conteúdos deverão ser:

Capítulo I – Índice

Deverá conter o índice no qual se indicam os títulos dos capítulos, secções e subsecções que compõem o PGA.

Capítulo II – Objetivo do Plano de Gestão Ambiental

Tendo o Plano de Gestão Ambiental como objetivo primeiro constituir a referência do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) o mesmo deve ser descrito no referido documento.

Capítulo III – Âmbito do Plano de Gestão Ambiental

O PGA aplicar-se-á a todas as atividades desenvolvidas pelo Adjudicatário, no âmbito do contrato, e em todas as fases do seu desenvolvimento.

Na descrição do âmbito do PGA o Adjudicatário deve identificar relativamente à:

a) Empresa adjudicatária

- i) a atividade principal que exerce;
- ii) o estado de desenvolvimento do SGA da empresa adjudicatária;

b) Contrato

- i) A entidade adjudicante, identificando na estrutura da MM a unidade orgânica responsável pelo lançamento do contrato e identificando os respetivos interlocutores em matéria de ambiente;
- ii) as atividades objeto do contrato, descrevendo sumariamente os métodos aplicados a cada fase do contrato;
- iii) a estrutura da Fiscalização, afeta à execução do contrato e identificação dos respetivos interlocutores em matéria de ambiente;
- iv) se recorre a terceiros para a implementação do PGA, que aplicar aos trabalhos a realizar.

Capítulo IV – Sistema de Gestão Ambiental.

Descrição dos requisitos gerais, de gestão, e fundamentação de cumprimento dos requisitos da norma NP EN ISO 14001, em vigor, , tendo em consideração o exposto no ponto 18 do caderno de encargos “Sistema de Gestão Ambiental”.

Capítulo V – Siglas e Abreviaturas

Capítulo VI – Anexos

Neste capítulo o Empreiteiro colocará as peças desenhadas e restante documentação do SGA, nomeadamente os curricula dos técnicos afetos à área de ambiente para o contrato bem como os modelos de registo que no mínimo serão:

Identificação do Empreiteiro		Identificação do contrato						
		Ações de formação/sensibilização - Ambiente						
Nome	Número	Categoria	Empresa	Entrada no contrato	Ação 1	Ação 2	Ação N	Saída do Contrato

a) Modelo de Mapa tipo de Materiais usados/Resíduos produzidos;

b) Modelo de Controlo da realização do plano de formação de ambiente;

c) Modelos de intervenções em equipamentos AVAC;

d) Modelo de Comunicação ao público pela realização de atividades em período noturno;

e) Modelo de Tratamento de Constatações emitidas.

e que se poderão fundamentar nos modelos seguintes, com exceção do modelo de Mapa tipo de Materiais usados/Resíduos produzidos e do modelo de registo de movimentos de gases fluorados a serem facultados pelo Dono de Obra, ou proposta enviada pelo empreiteiro, na data de comunicação de adjudicação

Modelo de Controlo da realização do plano de formação de ambiente

Ação 1 – “Identificação”

Ação 2 – “Identificação”

Ação N – “Identificação”

Modelos de Intervenções em Equipamentos AVAC

1. Modelo de registo de movimentos de gases fluorados

(a disponibilizar pelo dono de obra na data de comunicação de adjudicação ou proposta enviada pelo empreiteiro)

Substâncias que provocam efeito de estufa – DL 56/2011, de 21 de abril:

2.Registo de Intervenção – Ficha modelo da entidade certificadora (CENTERM);

3.Registo de aplicação/equipamento (RAE) – Ficha modelo Agência Portuguesa do Ambiente;

4.Registo de comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Ficha modelo APA

Modelo tipo de Tratamento de Constatações emitidas

Tipo de constatação	Nº de FNC (se aplicável)	Classificação da ação		Origem	Descrição	Causa	Ações a desenvolver	Responsável	Data Limite	Data real	Justificação de desvios na implementação	Análise da eficácia		Data de Fecho	Estado
		Correção	Ação corretiva									Sim	Não		